

Governo aprovou prova de ingresso na profissão

O conselho de ministros aprovou, contra os interesses da educação e do sistema de formação inicial dos professores, a prova de ingresso na profissão, revelando uma enorme falta de coerência com as posições assumidas num passado recente pelos partidos que o compõem. Esta medida, que continua a ser fortemente contestada pelos docentes portugueses, desmerece da formação inicial, pedagógica e científica, e da qualidade das instituições de ensino superior, bem como dos processos de avaliação do desempenho dos docentes envolvidos, os quais obtiveram classificações de Bom, Muito Bom e Excelente.

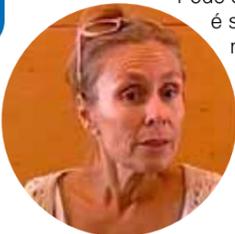
A FENPROF tomará diversas iniciativas, as quais passam por:

- Solicitar ao Senhor Presidente da República que, junto do Tribunal Constitucional, peça a verificação preventiva da constitucionalidade do diploma;
- Solicitar aos grupos parlamentares que requeiram a discussão deste diploma no parlamento português com vista à sua revogação, e que, no caso de os partidos do governo (PSD-CDS) viabilizarem a sua aprovação, suscitem junto do Tribunal Constitucional a verificação sucessiva da sua constitucionalidade;
- Promover ações jurídicas em tribunal em defesa dos docentes atingidos;
- Promover iniciativas no plano reivindicativo, tendo como alvo a prova de ingresso agora aprovada. Perante a evidente violação da confiança jurídica, a FENPROF considera que não só existe matéria para que este diploma pare nos tribunais competentes, como é fundamental que tudo seja feito para que se renove a confiança nas instituições de ensino superior e nos docentes portugueses. •

O grito de revolta da professora

Delmira Figueiredo não aguentou porque é muito difícil ouvir os governantes repetirem mentiras, esperando que, de tanto as afirmarem, elas passem por verdadeiras. Enerva, irrita ver o deslante com que também Nuno Crato branqueia os problemas da Educação.

Pode o ministro afirmar que está tudo a correr bem, porque é sua intenção que na Escola Pública as coisas corram mal. Mas então que assumia ser essa a anormal normalidade a que se refere. Delmira sabe tudo isto e conhece os colegas que foram dispensados da sua escola, apesar de lá serem necessários, e não calou a indignação. Fez muito bem e ainda levou Nuno Crato a fazer uma consideração que se repudia, mas clarifica o nível da sua tolerância democrática.. •



Abertura do ano letivo

A abertura do ano letivo 2013/2014 foi das piores da década. Só pode comparar-se com 2004, um início de ano que ficou marcado pela tremenda confusão na colocação de professores. David Justino era o ministro de então. Mas se tivermos em conta, para além do atraso na colocação dos professores contratados, o facto de muitas escolas abrirem sem professores, as más condições físicas de diversas escolas, a falta de pessoal não docente, as turmas com vários anos de escolaridade no 1.º Ciclo, a falta de professores para apoio aos alunos, as turmas com mais alunos, algumas desrespeitando normas legais, a penúria financeira das escolas... será justo reservar um espaço, para a atual equipa do MEC, no memorial das más memórias onde se atropelam ex-governantes da Educação. •



10 Entrevista a Mário Nogueira

“O preocupante desemprego que assola a profissão docente resulta da falta de vergonha e da má-fé negocial de quem governa a Educação”

Em foco

04 FENPROF em conferência de imprensa

Neste século XXI, assistiu-se a um dos mais atribulados e negativos arranques de um ano letivo

05 Ação sindical no imediato

07 Ainda sobre a abertura do Ano Letivo e a Educação Especial...

Os governantes devem estar loucos!

Aposentação

14 Os cortes nas pensões de aposentação: 10%? Até onde querem que isto vá?

HELENA GONÇALVES

Escola Pública

16 Alteração ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo Golpe violento contra a Escola Pública

Ação reivindicativa

28 19 de outubro Movimento sindical, a voz conseqüente do protesto!

Legislação

30 Sobre a aplicação das 40 horas aos Professores

É lamentável que Portugal esteja a ser governado por quem pretende destruir uma organização social que prima por ser democrática; que os governantes pretendam dismantlar os serviços públicos, comprometendo o futuro coletivo dos portugueses, para servirem interesses que lhes são alheios.



Em democracia, o crime não pode compensar

Se nos colocarmos no lugar de Nuno Crato, reconhecamos, teremos de considerar normal a abertura do ano letivo. Tudo fizeram, ministro e secretários de estado, para que as escolas públicas vivessem grandes dificuldades neste período tão sensível do ano, pelo que foram, para si, absolutamente normais os problemas que surgiram. É uma espécie de remake da velha história do crime que compensa.

A abertura do ano letivo foi bastante negativa, como se confirma ao longo das páginas desta edição do Jornal da FENPROF. O governo, porém, considerou-a normal e a reação da comunidade educativa foi, num primeiro momento, afirmar que a normalidade repetida por Nuno Crato e Passos Coelho se destinava unicamente a esconder a realidade. Poderia ser isso, mas se pensarmos bem talvez aquelas palavras tivessem outro sentido. Afinal foi o MEC que preparou o lançamento do ano e, face à forma como o fez, nada mais normal do que o arranque ter sido este.

Sendo mais claro, o que para Crato e Coelho terá sido considerado normal foi que o início do ano letivo tivesse corrido mal porque foi nesse sentido que se orientou toda a ação que desenvolveram no período que antecedeu a abertura.

Se revirmos o que se passou entre junho e setembro, verificamos que o MEC atrasou, mais que habitualmente, o envio de orientações para as escolas sobre a organização do ano letivo; decidiu não contratar professores logo em 1 de setembro, atrasou a contratação por concurso nacional e impediu as escolas de abrirem mais cedo os concursos de “oferta de escola”.

Foi o MEC que impediu as escolas de constituírem turmas, e proibiu o desdobramento de algumas, do 1.º Ciclo ao Secundário, mesmo quando os recursos existiam nos agrupamentos e escolas; que impôs turmas ilegais ao não autorizar que se desdobrassem quando incluíam alunos com necessidades educativas especiais e os números (de alunos na totalidade, ou de alunos com NEE) iam além das normas estabelecidas. Foi esse mesmo ministério que cortou, e muito, no número de docentes de Educação Especial nas escolas.

Foi o ministério de Nuno Crato que afirmou haver funcionários não docentes em excesso e, afinal, as escolas debatem-se com falta de pessoal a ponto de, algumas, considerarem não ter condições para o seu normal funcionamento; e foi quem decidiu parar obras de requalificação mantendo milhares de alunos em contentores; é também dali que chega a recusa de clarificação de normas de

organização dos horários, levando a que, em diversas escolas, aumentasse o horário letivo no 1.º Ciclo.

Foi este MEC que provocou a confusão dos manuais que, aparentemente iguais, têm conteúdos diferentes, atirando para cima dos professores a responsabilidade de lidar com o problema.

Portanto, tal como em relação ao desemprego dos professores e ao elevadíssimo número de “horários-zero”, os problemas decorrem de políticas e medidas deliberadamente impostas e esta abertura negativa do ano letivo resultou de procedimentos que criaram dificuldades às escolas públicas, agravando as suas condições de funcionamento e contribuindo para denegrir a imagem das escolas públicas junto dos portugueses.

Os inimigos da Escola Pública, por muito que tenha sido o esforço que, até hoje, fizeram – e fizeram muito! – não conseguiram criar nos portugueses uma imagem negativa dessa Escola porque estes sabem que as escolas têm sabido remover os obstáculos colocados pelos governantes e continuam a dar respostas de grande qualidade educativa, essencialmente devido ao empenhamento dos seus profissionais.

PSD e CDS, contudo, querem que a preferência dos portugueses pela escola pública deixe de ser maioritária. CDS e PSD têm contas a ajustar com a Lei de Bases do Sistema Educativo – CDS desde que foi aprovada e PSD desde que Jorge Sampaio vetou as alterações que David Justino lhe quis impor – e, por essa razão, não conseguindo convencer os portugueses da sua (falta de) razão, decidem-se por manobras táticas que visam atingir o seu objetivo estratégico: entregar, de mão beijada, aos que fazem da Educação um negócio, a escolarização das crianças e jovens do nosso país.

Ao considerarem “normal” a abertura do ano letivo, os governantes até foram contidos. Decerto gostariam de poder ter assumido publicamente a excelência de uma abertura que correspondeu ao objetivo fixado.

Compete-nos, pois, denunciar as más condições de abertura do ano letivo, acrescentando sempre que não foram obra do acaso, da incompetência ou de meras razões conjunturais.

É lamentável que Portugal esteja a ser governado por quem pretende destruir uma organização social que prima por ser democrática; que os governantes pretendam dismantlar os serviços públicos, comprometendo o futuro coletivo dos portugueses, para servirem interesses que lhes são alheios. É nossa obrigação tudo fazer para livrar Portugal das amarras que estão a retirar-lhe agilidade democrática. •

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)

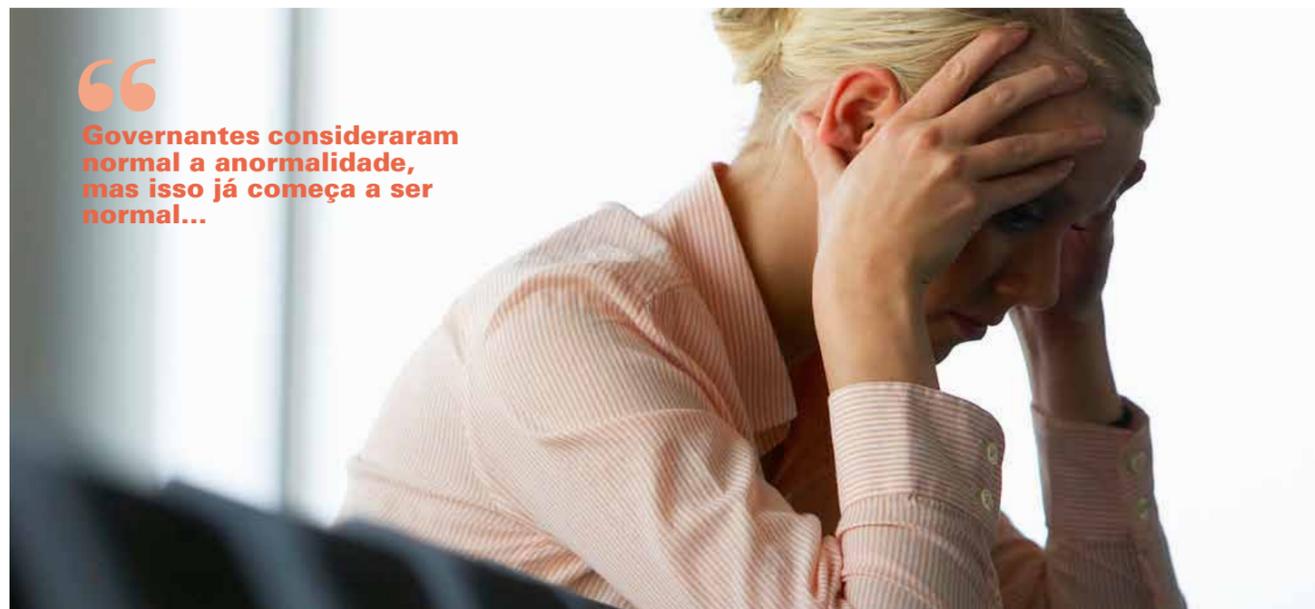


ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobos@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho e Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 55.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

“

Governantes consideraram normal a anormalidade, mas isso já começa a ser normal...



FENPROF em conferência de imprensa

Neste século XXI, assistiu-se a um dos mais atribulados e negativos arranques de um ano letivo

“Como é que se pode considerar normal a abertura de um ano letivo com 30.000 professores no desemprego e com milhares de docentes por colocar no primeiro dia em que os alunos chegaram às escolas?”, interrogou Mário Nogueira, na conferência de imprensa (foto pág. 6) realizada na passada sexta-feira, 20 de setembro, em Lisboa. Além de uma apreciação detalhada sobre as condições em que arrancou o novo ano escolar, foram divulgados exemplos concretos de situações muito graves que se verificam em escolas de todas as regiões do país, muitas das quais chegaram ao conhecimento da FENPROF por pais e encarregados de educação profundamente indignados.

Portugal assistiu a um péssimo arranque do ano letivo. Todos os portugueses puderam confirmar isso mesmo e só os governantes parecem não o reconhecer. É certo que, em 2004, as tremendas confusões com as listas de colocação de professores - era então ministro David Justino - fizeram com que o ano tivesse começado, igualmente, com níveis elevados de turbulência, mas este

ano os problemas são em maior número e mais diversos. Alguns correspondem a situações que se julgava não voltarem a suceder, como é o caso do atraso na colocação de professores, o número excessivo de alunos por turma ou o desrespeito pelas necessidades educativas especiais de milhares de crianças e jovens, outros decorrem de políticas que visam desvalorizar a Escola Pública e provocar o seu colapso.

A abertura do ano letivo 2013/2014 fica marcada por:

- Atraso na colocação de milhares de professores para efeitos de contratação, tendo, por isso, milhares de docentes sido impedidos de participar na preparação das atividades letivas;
- Colocação de milhares de docentes dos quadros noutras escolas, cujo quadro não integram e aumento da situação de instabilidade de milhares de docentes dos quadros de zona pedagógica, devido ao enorme alargamento da sua área geográfica;
- Falta de professores em muitos estabelecimentos de educação e ensino, nuns casos por incompetência da administração, noutros por estarem impedidas de contratar professores a partir da lista de concurso nacional (são exemplos disto, escolas de

ensino artístico especializado, TEIP, contratos de autonomia, professores de técnicas especiais...);

- Indefinições que resultaram do atraso no envio de orientações para as escolas sobre aspetos de organização pedagógica e alterações de rede (homologação de turmas e mesmo encerramento de escolas), não apenas durante o mês de agosto, mas ainda durante o mês de setembro, havendo ainda turmas e cursos por homologar e falta de informação sobre esta matéria por parte do MEC;

- Falta de pessoal não docente nas escolas, nomeadamente assistentes operacionais, e necessidade de recurso aos centros de emprego para satisfação de necessidades permanentes do sistema e das escolas;

- Falta de muitos professores de Educação Especial, em particular nas escolas do 2.º e 3.º ciclos e das escolas secundárias, e de outros técnicos, como psicólogos ou terapeutas;

- Proliferação de situações muito díspares relativamente à organização dos horários letivos dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, com o MEC, até hoje, a recusar fazer a clarificação devida sobre esta matéria e responder ao pedido de reunião que a FEN-

PROF tem feito diariamente, na qual pretende entregar o abaixo-assinado já subscrito por milhares de professores;

- Com o único intuito de reduzir o número de docentes, constituição de turmas em escolas do 1.º Ciclo, com vários anos de escolaridade. A eliminação destas turmas era uma das alegadas vantagens do encerramento de escolas do 1.º Ciclo e concentração dos alunos em centros escolares;

- Dúvidas quanto à manutenção das atividades de enriquecimento curricular em escolas do 1.º Ciclo, e integração do Inglês na chamada “oferta de escola” dependendo da disponibilidade de professores existentes no agrupamento, quando, ao tornar-se curricular, a oferta deveria ser obrigatória. Em vários casos as AEC continuam a ser realizadas, ilegalmente, entre os tempos letivos diários;

- Constituição de turmas com mais de 30 alunos, essencialmente no ensino secundário;
- Constituição de turmas que desrespeitam as normas que vigoram relativamente a alunos com necessidades educativas especiais (NEE), com a presença de mais de dois alunos com NEE em turmas que muitas vezes têm mais de 20 alunos;

- Coexistência de vários manuais de matemática e português, com abordagens didáticas e exercícios de aplicação muito diferentes, já que uns foram elaborados em função dos programas, e outros de metas que, em muitos casos, os contradizem. Esta situação é geradora de confusão e de desigualdades, o que é tanto mais grave quanto se trata de duas disciplinas em que os alunos estão sujeitos a exames nacionais;

- Más condições de trabalho para alunos e docentes, designadamente em escolas que não foram requalificadas ou em escolas cuja requalificação foi interrompida, com alunos cuja sala de aulas é um contentor;

- Penúria financeira de muitas escolas, que as obriga a pedir aos pais que ofereçam resmas de papel ou outro material de trabalho, assim como papel higiénico.

Ministro da Educação e primeiro-ministro tentaram fazer crer que tudo começava com normalidade, mas não conseguiram criar, sequer, essa ilusão. Todos perceberam que os governantes inauguravam escolas já inauguradas; que as colocações que, segundo Nuno Crato, não estavam atrasadas, apenas tiveram lugar no dia em que as próprias aulas se iniciavam; que a entrada de um ministro nas escolas pela porta das traseiras não passava de uma enorme incapacidade de lidar com a contestação; e também deu nas vistas a falta de estatura democrática do ministro ao dar a entender que a professora, que o interpelou em Viseu, sofreria de um qualquer distúrbio mental.

A atual equipa do MEC constitui, ela sim, um dos principais distúrbios com que a Educação se confronta e são as políticas que impõe que estão na origem de todas as perturbações que se verificaram no arranque de mais um ano letivo.

Ação sindical no imediato

Os professores, com a sua mais importante organização sindical, a FENPROF, não ficarão de braços cruzados à espera que façam o funeral à Escola Pública. A ação sindical no imediato, manter-se-á em diversas vertentes:

- Realização de reunião com a Inspeção-Geral de Educação e Ciência, onde será apresentado um rol de situações ilegais ou irregulares que se vivem em escolas, exigindo que sejam devidamente alteradas no sentido estabelecido pelas lei ou pelas normas que vigoram;

- Dinamização do trabalho com os professores aposentados. A FENPROF confirma a presença de muitos professores aposentados na concentração agendada para Lisboa, no Rossio (25/09); será marcada uma Conferência Nacional de Professores Aposentados, a realizar ainda este ano letivo, procurando definir linhas de maior e melhor intervenção junto destes docentes;

- Quinta-feira, dia 26, no Porto, às 11 horas – no fecho desta edição estava tudo a postos para a iniciativa “(I) mural do desemprego e da precariedade dos professores portugueses”. Objetivo: destacar a falta que os professores fazem às escolas, a sua adequada formação, a imoralidade da prova de ingresso na profissão imposta pelo MEC e a exigência de vinculação dos professores das escolas públicas em termos semelhantes à que vigora no setor privado. Será o início de uma ação que pretendemos muito forte com os professores desempregados;

- Será divulgada uma Carta Aberta junto das mais diversas organizações e entidades – representativas de pais, estudantes, trabalhadores não docentes das escolas, autarquias, associações, movimentos... – em defesa da Escola Pública e procurando unir forças para um amplo movimento em torno deste elevado objetivo;

- Nesse sentido, serão desenvolvidos contactos com o movimento associativo de pais e estudantes, organizações representativas dos trabalhadores não docentes, outras organizações representativas de docentes, sejam sindicais, científicas ou profissionais;

- Será promovida a subscrição de uma tomada de posição dos professores em defesa de uma educação pública de qualidade;

- Em 5 de Outubro, Dia Mundial dos

Professores, a FENPROF promoverá uma sessão pública em que será apresentado um vídeo em defesa da Escola Pública, contendo apontamentos da Caravana que percorreu o país durante os passados meses de maio e junho permitindo mostrar aos portugueses o que de melhor se faz nas escolas públicas. Haverá comunicações adequadas à data que se assinala, confirmando-se desde já a presença de Ana Maria Bettencourt que até julho passado exerceu as funções de presidente do Conselho Nacional de Educação e Michelle Domingos. Será feita uma exposição exterior de painéis em defesa da Escola Pública e projetados depoimentos de várias personalidades, da política, das artes, da ciência, da cultura, da educação, etc. em defesa da Escola Pública;

- Dia 19 de outubro estaremos na rua, na ação nacional que será promovida pela CGTP, em defesa do emprego, dos salários e pensões, dos direitos laborais e dos serviços públicos (ver pág. 28);

- Realizar-se-ão reuniões sindicais nas escolas e agrupamentos, em todo o país, onde iremos refletir sobre as medidas que serão apresentadas pelo governo no âmbito do próximo Orçamento do Estado e debater as formas de envolvimento dos docentes e de ação e luta contra o atual governo e as suas políticas. O incumprimento dos compromissos assumidos pelo MEC na ata negocial assinada em 25 de junho estará na agenda de trabalho, sendo naturalmente debatida a forma como se imporá ao ministério que respeite aqueles compromissos. •



O ano letivo começou mal! Por esse motivo, foi marcado pela contestação de professores, pais, estudantes e trabalhadores não docentes das escolas. Mas o que se pode esperar do seu desenvolvimento é ainda mais perturbador. Nuno Crato gosta de afirmar que a FENPROF, já antes, previa o pior, mas o pior não aconteceu, acrescentando que continua tudo dentro da normalidade.

Como pode um ministro da Educação considerar normal que mais de 30.000 professores fiquem sem emprego? Que pretenderá o MEC ao querer submeter professores, que já confirmaram a sua capacidade científica e pedagógica, ao longo de anos de atividade, devidamente avaliada e certificada, a uma prova de avaliação de capacidades e de conhecimentos?

Como pode achar normal que cerca de 18.000 estejam sinalizados como tendo ausência da componente letiva na sua escola ou estejam fora do quadro de qualquer escola, apesar de serem necessários? Como pode continuar a argumentar com a falta de alunos, para despedir docentes, quando a falta de professores é gritante, em todo o país? Como pode achar normal toda a anormalidade do início deste ano letivo? Não é normal que Nuno Crato e a sua equipa não vejam a anormalidade, mas mais preocupante ainda é que não reconheçam os problemas. Isso significa que enquanto eles perdurarem nos gabinetes da “5 de Outubro” não serão encontradas soluções.

Aliás, Nuno Crato parece cada vez mais especializado no recurso à mentira quando se trata de justificar os problemas! São as vagas que sobram por falta de interesse dos professores ou o inglês que existe no 1º ciclo de acordo com a decisão das escolas no exercício da sua autonomia.

O ano que se iniciou vai desenvolver-se, maioritariamente, em 2014, ou seja, sob o signo de um Orçamento do Estado que se prevê devastador dos serviços públicos.

As verbas para a Educação deverão ser reduzidas em mil milhões de euros, caso se concretize o corte de 4,7 mil milhões de euros nas funções sociais do Estado. Este corte terá particular implicação no emprego, nas condições de estudo e de exercício da profissão, designadamente

na organização dos horários dos professores, e no funcionamento das escolas públicas, pois já não é possível tomar muito mais medidas, uma vez que: alguns mega-agrupamentos já têm dimensão invulgar e absurda; é difícil eliminar mais disciplinas ou cortar-lhes mais horas; não podem impedir-se crianças e jovens de frequentar a escola e mal ficaria se houvesse recuo obrigatório. Então o que se seguirá?

O segredo parece passar agora por desviar alunos das escolas públicas para as privadas, daí a aprovação, para aplicação em futuro próximo, de legislação que visa permitir que isso aconteça, colocando pú-

blico e privado em pé de igualdade. Essa será agora a principal aposta da atual equipa educativa. Levar à sua demissão será um passo importante para impedir que PSD e CDS concretizem esse seu velho sonho.

Denegrir a imagem da Escola Pública

É nesse sentido que se enquadra esta permanente criação de dificuldades às escolas públicas. Faz parte da estratégia de privatização, denegrir a imagem da Escola Pública. Sabem que se conseguirem isso, mais fácil se tornará atingir os seus objetivos, mais fácil será convencer os pais a trocarem a escola pública pelo colégio privado. A legislação recentemente aprovada em conselho de ministros - que esperamos venha a ser declarada inconstitucional - atribui ao governo, através dos seus serviços de Educação, as condições para satisfazer os lobbies que atuam no privado - afinal, amigos e familiares políticos - com grave prejuízo para o serviço público. •

1.º Ciclo do Ensino Básico

A propósito do fim do Inglês...

Para quem recusava ver, eles aí estão em todo o seu esplendor: o cinismo e a hipocrisia do atual ministro da Educação. Ao ser confrontado com o fim do Inglês, enquanto oferta obrigatória das AEC, afirmou que o fazia em nome da autonomia e da liberdade das escolas. Nada mais falso. Que responda Nuno Crato: as escolas que não tiverem recursos humanos disponíveis (entendam-se, professores de Inglês com horário zero ou com horário incompleto) poderão recorrer à contratação para garantirem o Inglês como “oferta de escola” no 1.º Ciclo do Ensino Básico? A resposta é conhecida: não podem, porque a designada “oferta de escola” está dependente da existência de recursos humanos. Pergunta-se então: como se exercem a autonomia e a liberdade das escolas numa situação destas? Como podem escolas decidir, no quadro da sua autonomia, oferecer aos seus alunos do 1.º Ciclo o acesso ao Inglês se, depois, o MEC as impede de contratarem docentes para o efeito? Repare-se no que fez o MEC: acabou com o Inglês nas AEC, onde, embora fosse de oferta obrigatória, não era de frequência universal, dado que nem todos os alunos frequentam estas atividades que são de



caráter facultativo; transferiu o Inglês para o currículo o que, à partida, poderia significar a universalização da oferta e da frequência; porém, com essa manobra, reduziu ainda mais o universo dos que têm acesso ao Inglês no 1.º Ciclo.

Esta imposição e as suas consequências - que a FENPROF denunciou logo que se conheceu a medida - serão extremamente negativas para os alunos que ao chegarem ao 2.º Ciclo se encontrarão em situação de grande desigualdade: uns tiveram Inglês no ciclo anterior, outros estão em completa iniciação à língua. Para os professores essa será mais uma dificuldade extra, pois as turmas serão extremamente heterogêneas no que respeita a esta disciplina.

Como acontece cada vez mais, mas essa é uma questão que nada diz a Nuno Crato, os únicos que não terão qualquer prejuízo serão aqueles cujos pais tiverem condições financeiras para garantirem a iniciação em escolas privadas de Inglês. Mas esse é o lado para onde o ministro e os seus inefáveis secretários de estado dormem melhor. E sonham, porque o seu sonho é dar cabo da Escola Pública. Não podemos deixar que as coisas continuem assim, sendo tempo de nos revoltarmos e dizermos **basta!** ao cinismo e à hipocrisia de Crato. | M.N. •



Contratados

Alvos a abater & direitos recusados

VÍTOR MIRANDA (Membro do CN da FENPROF)

Pagamento da Caducidade do Contrato

A alteração de forma contratual (passagem dos “contratos de provimento administrativo” a “contratos a termo”, Lei 59/2008) veio reconhecer a todos os contratados o direito ao pagamento da compensação por caducidade do contrato, mas a lei não foi cumprida. Desde o ano letivo de 2009/2010 que a FENPROF e os seus sindicatos se viram obrigados a lutar em tribunal pelo direito que passou, então, a ser negado aos contratados por uma mera circular da Direção Geral da Educação.

Mesmo depois de dezenas de ações terem transitado em julgado e condenado o MEC a pagar a dita compensação, o MEC continuou a negar esse pagamento a todos que viam os seus contratos terminar. Uma violação grosseira da lei que revela bem o caráter dos nossos governantes, com o MEC sem se importar que os tribunais entupissem com o mesmo tipo de ação que o condenou já quase 300 vezes, digna de figurar em qualquer edição do Livro do Guinness. Fácil será de concluir que mesmo com o pagamento destas indemnizações e das custas judiciais, o MEC poupou milhões de euros relativos a todos os contratados que não recorreram aos tribunais.

Este ano, finalmente, e sem que houvesse alterações significativas na legislação, o MEC veio reconhecer o pagamento a todos os contratados, tendo emitido nova circular (B13032284J, de 20/06/2013) e uma nota informativa (n.º 12 /DGPF/ de 3/09/2013).

Contudo, apesar de reconhecido o direito, muitas escolas continuam a resistir ao paga-

mento devido. Assim todos os contratados devem verificar se estes pagamentos foram realizados e, se não o foram, requerer nas escolas o pagamentos destas duas prestações. Levou tempo mas a luta compensa quando se tem razão.

Prova de Ingresso/Avaliação de Competências

Sobre a Prova que foi de Ingresso e agora se chama de Avaliação de Competências convém relembrar que surgiu pela primeira vez em 2008. [Ponto prévio: Nunca foi de ingresso pois não estava previsto que desse acesso automático a lugar de quadro; nunca será de avaliação de competências pois tal é impossível fazer em 90 minutos]

Em 2008, após várias rondas negociais, apenas para os que não tinham 5 anos de serviço. Finalmente, por ação dos sindicatos, apenas para quem não tivesse obtido ainda nenhuma avaliação de Satisfaz/Bom.

Com este MEC a Prova volta à baila. Assim, este ano, em plena época (e única) em que os docentes podem usufruir de férias o MEC convocou reuniões para apresentar e “negociar” o novo diploma. Impôs calendário, impôs condições, fechou negociações e “chantageou” os parceiros.

Ao contrário do que foi respondido, por escrito em 4/05/2012, no ofício 367/2012, pelo gabinete do Ministro Crato, à pergunta de um grupo parlamentar sobre os destinatários da Prova (entre outras questões), em que se assumia que o MEC iria “... proceder ao alargamento dos candidatos dispensados da realização da Prova... o novo regime possibilitará a dispensa [para além dos dispensados até 24 de Junho de 2010, artigo 4 das disposições transitórias do decreto-lei 75/2010] que a partir dessa data [data de publicação de novo diploma] tenham obtido na avaliação de desempenho menção qualitativa igual ou superior a Muito Bom.”, o MEC propôs que não houvesse dispensados e que todos os contratados sejam obrigados a realizar a prova como condição de acesso ao concurso de professores, contrariando uma vez mais a lei e introduzindo algo que não está, se quer, previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Colocam-se várias perguntas: Porquê e para quê? Não considera o ministério a avaliação um bom modelo? Não foram já avaliados ano após ano, modelo após modelo por um sistema reconhecido pelo MEC os professores contratados, únicos avaliados anualmente? Não foram os contratados habilitados para a docência, como todos os professores do sistema, através do reconhecimento do próprio MEC dos cursos, profissionalizações e afins homologados e reconhecidos como habilitações para a docência pelo próprio MEC? Duvida o MEC do seu sistema de avaliação, do seu sistema de reconhecimento de habilitações e das competências das Instituições de Ensino

Superior, da formação inicial, pedagógica e científica?

Em nome da equidade, o MEC quer agora obrigar todos os contratados a fazer a prova, a pagar a sua inscrição, a realizá-la de novo se não adquirirem 365 dias de serviço no prazo de 5 anos, a ficarem impedidos de concorrer ao concurso de seleção e recrutamento se não forem aprovados na dita.

Uma vez mais, pau para toda a obra, mão-de-obra qualificada, ad eterno contratados, sem atualização de índices ou de escalões, obrigados a concorrer a distâncias por vezes superiores a 200 Km da sua área de residência, a fazer provas quinzenais nos centros de emprego (aquando da situação de desemprego), alvo a abater a todo o custo depois de terem dedicado anos a fio ao sistema público de ensino. Irão eles servir de cobaias, de mais um facto que mais cedo ou mais tarde se pretende alargar a todo o universo de docentes?

A FENPROF sempre foi contra o princípio inerente a esta Prova e lutará com todo o seu afinco para impedir que esta seja aplicada. Lutará pelo princípio de direitos adquiridos, pela violação da confiança jurídica, pela inconstitucionalidade do diploma, pela dignidade e pela escola pública.

Esta Prova servirá para afastar definitivamente milhares de contratados, deixando de fazer parte de estatísticas de desemprego na classe docente. Um expediente para manipular números e estatísticas.

Aliás sobre os números do desemprego basta consultar as estatísticas publicadas pelo próprio Governo/Estado. Desde 2011 que o desemprego entre professores tem vindo a aumentar. 120% em 2012. Mais 20% em cada mês de julho e agosto de 2013. Com os valores atingidos em setembro (em que todos os contratados estavam desempregados) é fácil prever o que acontecerá. Ao fim de dois anos sem colocação no ensino acaba-se o subsídio, acaba-se a estatística.

O desemprego dos contratados não se deve à diminuição do número de alunos, deve-se à criação de mega agrupamentos, ao encerramento de escolas, ao encerramento dos curso profissionais e reconhecimento de competências, à famigerada alteração curricular, ao aumento das componentes letiva e não letiva, ao aumento do número de alunos por turma, entre outros.

Subsídio de desemprego

Relembramos que o direito ao subsídio de desemprego foi uma conquista de anos de luta da FENPROF e dos seus sindicatos conseguida em 2001. Até aí não era, sequer, reconhecido, a qualquer professor, o direito ao subsídio de desemprego.

Os resultados da luta podem não ser imediatos mas a luta é meio caminho andado para obter resultados.

Lutemos pois uns pelos outros em solidariedade e sem sectarismos. •



Ação da FENPROF junto a centros de emprego

Denúncia do enorme aumento dos níveis de desemprego docente e apoio aos professores despedidos pelo MEC

Nestes dois anos do governo PSD/CDS, o ministério de Nuno Crato tomou medidas deliberadamente orientadas para originar esta situação de profunda instabilidade e desemprego, algumas, dando continuidade a outras já antes tomadas, mas agora de forma agravada, sublinhou Mário Nogueira, no passado dia 2 de setembro, em ação realizada junto ao Centro de Emprego da Amadora, na região de Lisboa. Ao início da manhã, o Secretário Geral da FENPROF já tinha participado em ação idêntica num Centro de Emprego em Coimbra.

“Apesar do elevado número de saídas não compensadas pelo de entradas, o número de professores contratados em final de agosto, com contrato a iniciar-se em 1 de setembro, tem vindo a cair ano após ano até que, agora, em 2013, bateu no fundo, com zero contratações”, realçou Mário Nogueira, na Amadora.

Num breve apontamento divulgado à comunicação social – presente em força nesta ação à porta do Centro de Emprego da Amadora, na Av. Nuno Álvares Pereira –, a FENPROF chamava a atenção para questões fundamentais que marcam o arranque do ano letivo 2013/2014, assinalado desde já pela atitude do MEC face aos professores contratados, “docentes que têm dado o melhor do si” e que agora são tratados como “descartáveis” pelo governo e por Nuno Crato, como referiu o Secretário Geral da FENPROF.

Neste primeiro dia útil de setembro realizaram-se em todo o país, por iniciativa da FENPROF, ações de apoio aos professores desempregados que se deslocaram aos Centros de Emprego para requererem o subsídio de desemprego.

Assim, dirigentes sindicais estiveram nos Centros de Emprego de Vila Nova de Gaia, Braga, S. João da Madeira, Bragança, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Covilhã, Viseu, Aveiro, Guarda, Lisboa (Amadora), Setúbal, Santarém, Portalegre, Évora, Beja, Faro, Portimão e Vila Real de Santo António. | JPO •

Há números que dizem tudo!...

APOSENTAÇÕES

Entre 1 de janeiro de 2007 e 31 de agosto de 2013, as escolas públicas perderam 26.025 professores e educadores que se aposentaram:

Ano de 2007: **3.769**

Ano de 2008: **5.065**

Ano de 2009: **4.985**

Ano de 2010: **3.944**

Ano de 2011: **3.909**

Ano de 2012: **3.036**

Ano de 2013 (janeiro a agosto): **1.317**

ENTRADA NOS QUADROS

Neste período de tempo, entraram nos quadros 1.002 professores:

Concurso externo de 2009: **396**

Concurso extraordinário em 2013: **603**

Concurso externo de 2013: **3**

CONTRATAÇÃO EM 1 DE SETEMBRO

Apesar do elevado número de saídas não compensadas pelo de entradas, o número de professores contratados em final de agosto, com contrato a iniciar-se em 1 de setembro, tem vindo a cair ano após ano até que, em 2013, bateu no fundo. Número de contratos celebrados a partir de 1 de setembro entre 2010 e 2013:

2010: **17.275**

2011: **12.747**

2012: **7.612**

2013: **0!**

Moita

Um expressivo episódio do folhetim abertura do ano letivo

A forma ilegítima e indigna de governar desvia o ministro para a porta dos fundos das escolas que tem visitado...

Nuno Crato terá decidido retomar uma prática de antecessores seus, entrando na Escola Secundária da Moita pela porta dos fundos, apesar de ter à sua espera, na entrada principal, representantes das “entidades oficiais” e garantidas condições de segurança pelos militares da GNR ali presentes. Acontece que também tinha à espera professores da escola, professores desempregados e professores do 1.º Ciclo que protestavam contra o aumento do seu horário de trabalho.

Faltou dignidade ao ministro para entrar por onde entra quem não deve, logo, não teme! Isto é, por onde entram os que podem andar de espinha direita, para usar uma expressão que era tão do agrado de Passos Coelho antes de chegar ao governo.

A história conta-se com brevidade: A direção do Agrupamento de Escolas da Moita tinha organizado um almoço para dia 9 de setembro, que, dada a escassez de inscritos, não se realizou. Em sua substituição foi organizado um convívio que incluía um beberete, sendo os professores convocados para uma reunião geral de professores a realizar às 12 horas.

Entretanto, soube-se que, à mesma hora, haveria uma visita do ministro que se dirigiria aos professores em sessão a realizar na escola. Por sms e mail os professores decidiram apresentar-se de luto, concentrando-se à porta da escola antes da chegada do ministro. Contactaram com o Secretário-Geral da FENPROF solicitando que os acompanhasse no protesto, o que aconteceu.

Assim, até às 12 horas várias dezenas de professores daquele agrupamento estiveram presentes, tendo também comparecido diversos professores desempregados. Ali aguardaram até alguns minutos depois das 12 horas, tendo, contudo, sido obrigados a dirigirem-se para o interior da escola secundária (sede do agrupamento), pois teriam de comparecer na reunião convocada. O ministro chegou atrasado, tendo entrado pela “porta dos fundos”, o que foi do conhecimento prévio dos professores que permaneciam

junto à entrada principal. A decisão de ali permanecer deveu-se ao facto daquela ser a porta principal de entrada na escola, logo, a que, com mais dignidade, dá acesso às instalações. Acontece que, para a delegação oficial, o protesto falou mais alto do que qualquer entrada digna na escola. No interior da escola, os jornalistas foram autorizados a acompanhar o ministro na breve visita que fez e a recolher as suas declarações, sendo-lhes vedado o acesso à sessão em que o ministro se dirigiria aos professores. Nas declarações que fez à comunicação social, Nuno Crato disse desconhecer o protesto que o aguardava à porta da escola – ficando no ar a ideia de a entrada pela “porta dos fundos” ser a sua opção de acesso às escolas – afirmando ainda que seriam os sindicalistas quem protestava.

É verdade que a FENPROF esteve presente, representada pelo seu Secretário-Geral, por ser essa a vontade dos professores da escola que quiseram protestar contra o ministro e as suas políticas de destruição da Escola Pública e de ataque violento aos professores.

Muito silêncio, poucas palmas

Mas quem ali permaneceu foram os professores que se reveem na sua mais representativa organização sindical, não se revendo, isso sim, nas atuais políticas educativas e nos seus decisores.

Na sessão – e entende-se porque foi vedada aos jornalistas – Nuno Crato foi ouvido em silêncio e apenas um número muito restrito de presentes decidiu bater-lhe palmas, o que contrastou com a ovação que, entre outros, foi dirigida pelos professores à Presidente do Conselho Geral que também interveio. É ainda de assinalar, o “respeito” que o MEC e a direção do agrupamento demonstraram pela comunidade educativa, ao ponto de a autarquia nem ter sido informada prévia e oficialmente da presença do ministro no concelho.

Outro aspeto que se questionava no final era ainda a origem do dinheiro para o beberete oferecido, sabendo-se que as dificuldades financeiras do agrupamento até levaram a que tivesse sido pedida a cada aluno uma resma de papel.

Alguns professores que são pais de alunos da escola revelavam grande indignação por essa aparente contradição, afirmando que, afinal, só não há dinheiro para algumas coisas.

Em suma, os membros do governo, onde se inclui, naturalmente, a equipa do MEC, podem continuar a afirmar que os protestos não são genuínos, mas fazem-no apenas

para seu conteúdo. É que os professores estão mesmo indignados com a política de destruição da sua vida enquanto profissionais, pais e cidadãos e opõem-se com grande veemência aos violentos ataques que estão a ser desferidos contra a profissão e à opção de desmantelamento da Escola Pública em nome de interesses privados que, também no MEC, estão a ser servidos de cócoras pelos governantes. É natural que esta forma ilegítima e indigna de governar desvie o ministro da Educação para a “porta dos fundos” das escolas que visita. •

“

Moita: faltou dignidade ao ministro para entrar por onde entra quem não deve, logo, não teme! Isto é, por onde entram os que podem andar de espinha direita, para usar uma expressão que era tão do agrado de Passos Coelho antes de chegar ao governo.





Entrevista a Mário Nogueira

“O preocupante desemprego que assola a profissão docente resulta da falta de vergonha e da má-fé negocial de quem governa a Educação”

“As causas principais do desemprego docente decorrem das políticas e das medidas que Nuno Crato tem vindo a impor”, afirma Mário Nogueira em entrevista à página WEB da Federação e ao JF.

Abordando as condições em que abre este novo ano letivo e a gravíssima situação de desemprego entre os professores, o Secretário-Geral da FENPROF desmonta os falsos argumentos que o Ministro da Educação tem usado para tentar iludir a opinião pública e responde a questões relacionadas com a prova de ingresso na profissão e também com as rescisões por mútuo acordo.

Nogueira reafirma a importância de “um sindicalismo que desenvolve a ação centrada nos locais de trabalho, fazendo deles a sua verdadeira sede e que não vacila na representação dos trabalhadores, pois sabe que é esse o lado em que deverá posicionar-se”. “Um sindicalismo”, acrescenta, “que protesta mas também propõe, que negocia mas não cede a interesses que não são os dos trabalhadores”.

Os professores foram, em Agosto passado, mais uma vez, um grupo profissional com fortíssimo aumento do número de desempregados. Há surpresa nisso?

Mário Nogueira (MN): Nenhuma. E recordo que os 26,4% de aumento de professores inscritos nos centros de emprego em agosto se seguem aos 44% verificados em julho e precedem um aumento muito grande, verificado no mês de setembro que se refletirá nas estatísticas que brevemente serão divulgadas. **Nuno Crato tem repetido que essa é uma situação que decorre da quebra de natalidade, ou seja, o facto de haver menos alunos nas escolas é que justificará este enorme aumento de desemprego nos professores. Será esta a verdadeira razão?**

MN: Não. Ao identificar a redução do número de alunos como a causa do desemprego docente, o ministro mente. O ministro pretende esconder o principal motivo desta situação muito negativa e procura desviar a atenção das suas responsabilidades no problema, que são enormes.

A quebra do número de alunos é, atualmente, o motivo de menor impacto no desemprego dos professores. As causas principais decorrem das políticas e das medidas que Nuno Crato tem vindo a impor. São medidas que impõe, deliberadamente, para reduzir o número de professores, logo, elas sim, são a verdadeira origem do aumento do desemprego.

E quais as medidas principais?

MN: Eliminação de disciplinas; fim de dobramentos em disciplinas experimentais; aumento do número de alunos por turma; impedimento de constituição de novas turmas, ainda que as existentes violem as normas estabelecidas; não autorização de projetos ou atividades importantes para as escolas se tal obrigar a colocar mais professores;

criação de um número cada vez maior de mega-agrupamentos; agravamento dos horários de trabalho dos docentes; desrespeito pelos compromissos que assumiu em ata negocial que assinou com as organizações sindicais, em 25 de junho, considerando letivas diversas atividades para além da titularidade de turma...

Consideras, então, que este desemprego dos professores é provocado?

MN: Sim, Nuno Crato e a sua equipa ministerial procuram medidas, que depois aplicam, exclusivamente destinadas a atirar os professores para o desemprego. Por isso, ao afirmar que a razão reside na redução do número de alunos, omitindo as restantes e principais causas, Nuno Crato está a esconder a verdade e a verdade é que este desemprego é o rosto das atuais políticas educativas, o fruto das medidas impostas e a consequência da falta de vergonha e da má-fé negocial.

Em relação a este último aspeto, refiro, em concreto, o desrespeito por um dos mais significativos compromissos assumidos na ata assinada em 25 de junho. Este desrespeito face ao acordado em julho passado, levou a FENPROF a apresentar queixa contra o MEC na Procuradoria-Geral da República por violação da lei da negociação.

A instabilidade tem sido nota dominante na abertura do novo ano letivo...

MN: Sem dúvida. As listas de colocação divulgadas no passado dia 12 de setembro pelo MEC confirmam que a instabilidade e o desemprego são imagens que marcam o início de um ano letivo que o ministro da Educação e Primeiro-ministro teimam em considerar absolutamente normal. É preciso ter descaramento! Para estes governantes, a anormalidade ganhou estatuto de normal o que, no mínimo, é anormal.

O que aconteceu, na verdade, a 12 de setembro?

MN: Nessa data – e os números diziam tudo...- dos 1.996 docentes em mobilidade interna, só 793 foram colocados e, destes, 330 em horários temporários. Sobravam ainda 1.203! Dos cerca de 43.000 docentes desempregados, foram colocados 5454, dos quais 879 em horários temporários. Se acrescentarmos as renovações de “ofertas de escola”, temos cerca de 5.794 colocações, ou seja, cerca de menos 3.000 colocações do que há um ano. Em 2012, no dia 13 de setembro, estavam colocados 8.903 contratados!

Acresce que estes professores colocados não tiveram possibilidade de participar nas tarefas de preparação do ano letivo. É esta a anormalidade que o governo e MEC consideram normal.



“

O desemprego dos professores é um drama social, é um problema para a capacidade de organização e funcionamento das escolas, para além de reduzir a sua capacidade de resposta educativa, formativa e social, e potencia quebras significativas da qualidade do ensino. Os professores sem vínculo (contratados e desempregados), ainda que trabalhando, ininterruptamente, há mais de uma ou duas décadas, parecem ser *persona non grata* para o MEC!

O que Crato não esclareceu na TV...

Voltando ainda à postura de Nuno Crato no início deste novo ano escolar, a FENPROF reagiu prontamente às declarações confusas (é a palavra que nos ocorre...) durante a entrevista a uma televisão. A Federação afirmou mesmo que o ministro revelou falta de seriedade política...

MN: É de lamentar mas é verdade: Nuno Crato não foi politicamente sério quando atribuiu o não preenchimento de mais de mil horários completos à falta de interesse dos professores. Com essa afirmação, o ministro deixou implícito que os professores, apesar de serem dos principais atingidos pelo desemprego, não querem trabalhar, manifestando falta de interesse pelos horários existentes.

O que Nuno Crato não quis esclarecer foi se esses horários eram anuais ou temporários; recorde-se que muitos professores não se candidatam a horários temporários, que poderão ser de apenas 30 dias, pois isso pode significar perder horários anuais que, entretanto, surjam, deixando o docente desempregado até final do ano.

O que Nuno Crato não quis esclarecer foi de que grupos eram os horários que ficaram por preencher, para que se soubesse se havia ou não candidatas para os ocupar. Da mesma forma que não explicou quantos desses horários eram de “técnicas especiais”, pois estas, não constituindo grupo de recrutamento, não vão a concurso nacional para colocação de professores, tendo de ser preenchidos por “oferta de escola”;

O ministro também não esclareceu quantos daqueles horários eram de escolas e

agrupamentos “TEIP” ou com “contrato de autonomia”, que são centenas. É que os horários dessas escolas e agrupamentos não podem ser preenchidos pelo concurso nacional, mas, por imposição da lei (de que a FENPROF discorda), através de “oferta de escola”.

O ministro da Educação disse ainda que não houve atraso nesta fase da colocação de professores, atribuindo o facto de só agora ter acontecido a realização, este ano, do concurso geral. Recorde-se que, em 2009 e 2006 este concurso também se realizou e nem por isso a primeira fase de contratação deixou de ter lugar em 1 de setembro. Este ano, nessa data, não foi contratado um só professor.

Foi o próprio ministro que afirmou, no início de setembro, que tinham ficado 6.431 horários por preencher. Se assim era, por que impediu milhares de professores de se envolverem na preparação do ano letivo, colocando-os nesse momento?

Cada vez mais se confirma que obscuros interesses a servir e falta de seriedade política são imagem que marca uma equipa do MEC que constitui, ela sim, um dos principais problemas para as escolas e, em geral, para a Educação.

É necessário um novo ministro?

MN: Eu diria que é preciso, sendo isso o essencial, dar a voz ao povo e abrir caminho para um novo governo e uma nova política que defenda o interesse nacional, nomeadamente na Educação. Esse novo governo, como é evidente, deverá ter um ministro para a Educação. O atual não tem!

Crato tem sido um bom aluno de Passos Coelho...

MN: Penso que sim. A desonestidade política, a mentira e a pouca-vergonha andam à solta nos gabinetes do poder e são parte da matriz da atual governação.

Passos Coelho consegue afirmar que se sente orgulhoso pela forma como abriu um ano letivo que está a ser marcada por grandes incertezas, desemprego de profissionais que fazem falta às escolas, ilegalidades, desorçamento das escolas que as obriga a pedir aos alunos que levem uma resma de papel A4 ou uns quantos rolos de papel higiénico, falta de pessoal, velhos contentores não substituídos, turmas com inúmeros alunos com necessidades educativas especiais, mega-agrupamentos em barda, currículos empobrecidos...

Mas não nos podemos surpreender por esse discurso, pois foi ele, Passos Coelho, que se mostrou indignado quando lhe perguntaram se o seu partido pensava cortar nos subsídios dos funcionários; foi ele, com o seu irrevogável parceiro, quem afirmou que as reformas eram sagradas; foi ele quem

exigiu a responsabilização civil e criminal de quem impunha sacrifícios ao povo e delapidava a economia portuguesa, porque esses não podiam andar por aí de espinha direita. Mas esse senhor continua a andar de espinha direita, apesar dos gravíssimos crimes sociais de que é autor moral e material.

Dizia recentemente, Passos Coelho, que ninguém no seu perfeito juízo governaria para empobrecer o seu país. Decerto, terá feito essa afirmação num raro momento de lucidez, pois a sua governação é, assumidamente, de empobrecimento, que, aliás, já assumiu.

Coelho está a tornar-se perigoso, até num discurso que começa a apresentar laivos fascistas. Dizia, também recentemente, que deveria perguntar-se aos desempregados no que é que a Constituição da República já os ajudou.

Só falta, a seguir, pedir que perguntem aos pobres e excluídos em que é que a Democracia já lhes serviu... Esconde, assim, que quem não serve aos pobres, aos desempregados, aos excluídos em geral é o seu governo com a sua política.

Mas esta forma de esconder a natureza dos problemas, esta retórica, esconde também outros perigos para os quais estamos obrigados a chamar a atenção neste tempo em que ainda é tempo.

Prova de ingresso na profissão

A todos estes professores, pretendem ministro e secretários de estado obrigar a realizarem uma prova para ingresso numa profissão em que já se encontram há muitos anos. A FENPROF contesta essa prova...

MN: Sim, não tem qualquer sentido, exceto se a entendermos como uma tentativa, mais uma, de afastar professores da profissão. São professores com formação científica e profissional devidamente reconhecida, com anos e anos de serviço, avaliados anualmente e de forma muito positiva, com renovações sucessivas por reconhecimento da qualidade do seu trabalho... acontece é que, a Crato e demais equipa, não chega remeter estes professores para o “Caixote do lixo”, eles têm a certeza de os querer “Eliminar”.

Rescisões por mútuo acordo

Tendo em consideração a notícia que agora a comunicação social avança, o MEC já apresentou alguma proposta no sentido de o programa de rescisões por mútuo acordo se aplicar aos docentes?

MN: Não, nunca apresentou. Porém, como o ministro nos disse em reunião que as rescisões por mútuo acordo não se aplicarão aos docentes, creio que a possibilidade de se aplicar é muito forte.



Como assim?

MN: Então recordo que a mobilidade especial se aplicou aos professores depois de o ministro ter dito que não aconteceria; recordo que as 40 horas afinal aplicam-se aos professores, apesar de o ministro ter garantido que isso estava fora de hipótese; portanto, se o ministro disse que as rescisões não se aplicarão aos professores, temos meio caminho andado para que isso venha a acontecer.

Mas o MEC comprometeu-se a só aplicar a mobilidade especial em 2015, dizendo que provavelmente nem seria necessário aplicar a qualquer professor. Isso não quer dizer que o MEC considera haver necessidade de todos os que já hoje estão nos quadros?

MN: É claro que não. E talvez a eventual aplicação deste programa de rescisões explique por que motivo a mobilidade especial foi empurrada para 2015, podendo não ser necessário aplicar a qualquer professor. É que, até lá, o MEC pretende encontrar outra forma de despedir os professores dos quadros e esta, na sua opinião, poderá ser perfeita.

Isso parece demasiado maquiavélico...

MN: Pois parece...

Então e que vantagens teria o governo em pôr fora os professores desta forma e não através da mobilidade especial?

MN: Desde logo, poder dizer que não os despediu, mas foram os professores que

“Cocktail” ao encontro das pretensões da troika e das opções ideológicas do governo...

“Nestes dois anos do governo PSD/CDS, o ministério de Nuno Crato tomou medidas deliberadamente orientadas para originar esta gravíssima situação de desemprego, algumas, dando continuidade a outras já antes tomadas, mas agora de forma muito agravada. De entre elas, destacam-se o aumento do número de alunos por turma; as alterações curriculares, designadamente eliminação de disciplinas, a eliminação de áreas curriculares não disciplinares ou o fim dos desdobramentos; o aumento do horário de trabalho, com a imposição de novas regras de organização dos mesmos; a imposição de mais mega-agrupamentos e o encerramento de escolas. As políticas economicistas que provocam reduções orçamentais assentes, essencialmente, na redução de profissionais nas escolas, juntam-se à intenção de desvalorizar os serviços públicos. Este “cocktail” vai ao encontro das pretensões da troika e, por outro lado, corresponde às opções ideológicas do atual governo.” | MN •

quiseram sair, dando o seu acordo. Depois por ter um efeito imediato, uma vez que a mobilidade especial obrigaria a manter o docente, ainda que com salário reduzido, devendo este ser recuperado para o serviço se surgisse qualquer lugar e ao ser recuperado teria de ser reposicionado no seu escalão de vencimento.

Assim, se ele sair e depois abrir uma vaga no seu grupo ela será preenchida por um docente contratado que ganha abaixo do primeiro escalão da carreira.

Entretanto, com o acórdão do Tribunal Constitucional que impede o despedimento como corolário da mobilidade especial, o despedimento com o acordo do próprio despedido ganhou uma importância ainda maior para o governo...

Professores a mais ou escola a menos?

E achas que há muitos professores considerados “a mais”?

MN: Lembro que em janeiro passado o FMI, em relatório conjunto com o governo, apontou para a necessidade de reduzir ao mínimo a contratação, como estão a fazer, e pôr fora 14.000 professores dos quadros.

O ministro disse, na altura, que esse relatório só comprometia o FMI... vamos ver quem compromete e quem fará o papel de moço de recados do FMI.

Hoje temos mais de 18.000 docentes dos quadros sem horário (7.000 dos quadros de escola e agrupamento e mais de 11.000 dos quadros de zona pedagógica) e mesmo depois de serem colocados os docentes da mobilidade interna ficarão milhares por colocar.

Poderão não ser 14.000, mas os 10.000 que a troika, na sétima avaliação, falou. Seja como for estamos a falar de um ror de profissionais.

E o que garante que os professores irão aderir a essas rescisões, pelo menos em número que fosse significativo?

MN: Nada garante, claro, mas o governo confia nos efeitos da pressão e da chantagem, no que o medo poderá provocar nas pessoas, na ilusão de que assim sempre se sai com qualquer coisa... É uma vergonha o desrespeito dos governantes por quem tanto tem dado ao país... É uma vergonha esta forma de governar que está a arruinar Portugal e a vida dos portugueses... É lamentável o sistemático recurso à mentira para enganar os portugueses...

Entendes que os governantes têm sido politicamente desonestos na forma de imporem as suas políticas?

MN: Sim, entendo isso. Compare-se o que

fazem com o que diziam, faziam e prometeram quando eram oposição. Criticavam as alterações curriculares de natureza economicista, os mega-agrupamentos, o desemprego e a precariedade.

Prometeram que não cortavam subsídios, nem lhes passava pela cabeça dizer que cortariam salários ou que agravariam as condições de aposentação. Criticavam os cortes orçamentais na Educação. Isto é enganar o povo. Isto não é sério. Isto é desonestidade política...

Mas do discurso do governo não transparece essa ideia negativa...

MN: Claro que não e até manipulam indicadores para fazer crer que as coisas vão no bom caminho... para eles vão de certeza, mas só para eles. É repugnante assistir a tanta hipocrisia e tanto cinismo... como temos dito, se a hipocrisia e o cinismo fossem letais, o atual ministro, pelo menos numa coisa, teria cumprido a palavra: o ministério já teria implodido.

Como é que o movimento sindical deve agir num tempo em que a solidariedade começa a ser um valor fragilizado, em que alguns problemas novos exigem respostas também elas renovadas e em que as políticas, sendo nacionais, estão envolvidas em contextos internacionais que as condicionam?

MN: Ser Sindicato deste novo tempo. E ser Sindicato do novo tempo não significa negar nenhum dos princípios do sindicalismo de massas, de envolvimento, de participação, um sindicalismo que não nega a luta de classes, antes compreende que ela está aí, com toda a sua pujança.

Um sindicalismo que desenvolve a ação centrada nos locais de trabalho, fazendo deles a sua verdadeira sede; que não cede na representação dos trabalhadores e sabe que é esse o lado em que deverá posicionar-se.

Um sindicalismo que protesta mas também propõe, que negocia mas não cede a interesses que não são os dos trabalhadores; um sindicalismo que mobiliza para a luta enquanto negocia por saber que é aí que poderá residir a sua força, desequilibrando em seu favor os pratos da balança da correlação de forças.

Um sindicalismo que não transfere para o plano internacional a ação e a luta que continuam a ter o plano interno como espaço privilegiado, mas que não pode viver com as portas fechadas e os olhos apenas postos cá dentro, quando muitas das atuais políticas são impostas de fora e os governantes que temos são simples “paus-mandados” de interesses exteriores. Um sindicalismo que fica a ganhar quando consegue abrir espaços de convergência e unidade na ação. •



Os cortes nas pensões de aposentação: 10%? Até onde querem que isto vá?

HELENA GONÇALVES (SPGL)

Quando a crise não é geradora de grandes audácias, mais indicado é dar-lhe o nome de agonia!

Natália Correia

O discurso dominante – “a crise deve-se à indisciplina orçamental das governações anteriores e ao despesismo das famílias portuguesas, acusadas de viverem acima das suas possibilidades” – visa convencer-nos da inevitabilidade das medidas apresentadas, tentando levar-nos à inércia.

Vejamos algumas das justificações mais enfatizadas no Projecto que visam legitimar os novos “roubos” nas pensões dos aposentados:

- Estas medidas são apresentadas como transitórias, para revertê-las será necessária “(...) a verificação cumulativa das seguintes condições: a) O produto Interno Bruto tenha um crescimento nominal anual igual ou superior a 3%; b) O saldo orçamental esteja próximo do equilíbrio, não inferior a -0,5% do Produto Interno Bruto”. O que pretende o governo? Tentar transmitir ao Tribunal Constitucional que são medidas não definitivas. Alguém acredita nisto?

- A necessidade da convergência entre o valor das pensões dos aposentados do sector público e do privado. Na verdade a

convergência teve o seu início em 1993. Mas, agora, o governo – para atingir os seus objectivos – propõe-se alimentar uma “guerra” entre os trabalhadores do público e do privado.

- As dificuldades financeiras da Caixa Geral de Aposentações (CGA). Os aposentados descontaram durante toda a vida de trabalho para as pensões a que têm direito,

As pensões são intocáveis

No habitual comentário no Conselho Superior da Antena 1, o economista Octávio Teixeira assinalou que “as pensões que estão a ser pagas devem ser consideradas um direito de propriedade dos beneficiários que não pode ser objeto de expropriação sem indemnização”. Relembrou um parecer da OCDE, divulgado há algum tempo, sobre a Reforma do Estado, que aconselhava a aceleração da convergência dos regimes de pensões mas rejeitou expressamente a incidência sobre as pensões em pagamento. Octávio Teixeira esclarece que o “governo pretende cortar setecentos milhões de euros a trezentos mil pensionistas, o que dá cerca de 2.300 euros por ano a cada um, medida que até o FMI considerou socialmente drástica”, conclui o comentador da rádio pública. RTP N, 12/09/2013 •

foi o Estado que não efectuou, para a CGA, as transferências a que está obrigado por lei, sendo esta uma das principais causas do “buraco” financeiro da CGA. Para ocultar as verdadeiras causas, esta e outras, alimenta outra “guerra”, esta entre gerações.

Ataque brutal

O governo pretende, com os novos cortes, para além do seu carácter definitivo, aplicá-los retroactivamente, às pensões que já estão a ser pagas e, ainda, aos futuros aposentados. Apresentou, também, aos parceiros sociais, uma proposta que pretende alterar o Factor de Sustentabilidade, que reduzirá, de uma forma inimaginável, as pensões futuras.

Todos estamos a sofrer cortes sobre cortes! De facto, este é um ataque brutal aos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa e conquistados ao longo de anos.

Elas têm como objectivos substituir uma Segurança Social – assente em direitos e para todos – por outra de carácter assistencialista, e beneficiar o sector financeiro através da generalização dos Fundos Privados de Pensões. Estas medidas não são inevitáveis como pretendem fazer crer.

A CGTP e os seus sindicatos defendem propostas para garantir a sustentabilidade do Sistema de Segurança Social (SS):

- Fazer-se um esforço sério para recuperação das dívidas à SS
- Combater eficazmente a evasão e fraude contributivas
- Modernizar e diversificar do sistema de financiamento da SS
- Romper com a política de Direita.

Tudo isto só pode ser conseguido com a participação ativa de todos os aposentados e trabalhadores, em unidade com as suas organizações sindicais. •



Petição lançada pela CGTP-IN Contra o roubo nas pensões e o aumento da idade da reforma

O Governo prevê novos cortes nas pensões na Administração Pública e no Sector Privado, que não só representam uma nova diminuição do poder de compra dos pensionistas e reformados, como institucionalizam a insegurança permanente, violando princípios básicos de um Estado de direito.

Os subscritores da Petição lançada na página web da CGTP-IN:

- Rejeitam a redução do valor das pensões e a imposição do aumento da idade de reforma;
- Defendem o direito à reforma aos 65 anos e a possibilidade da sua antecipação, sem penalizações, nomeadamente para carreiras contributivas de 40 anos;
- Não aceitam o retrocesso ao tempo em que as pessoas eram obrigadas a trabalhar até ao limite das suas vidas e das suas forças. Os subscritores desta Petição consideram ainda indispensável a ruptura com a política de direita e reafirmam a continuidade da luta por uma política de esquerda e soberana, que assegure mais e melhor emprego, o aumento dos salários e das pensões e garanta condições de vida digna aos trabalhadores, aos reformados, pensionistas e idosos.

Subscrever em www.cgtp.pt •

Escolas especializadas de ensino artístico

MEC atrasou concurso e prejudicou abertura do ano letivo



Com professores e a comunicação social na António Arroio, Lisboa

As escolas especializadas de ensino artístico (Conservatórios, Escolas Artísticas Soares dos Reis, no Porto e António Arroio, em Lisboa), estiveram impedidas, até 4 de setembro, de iniciar o processo concursal de recrutamento para os docentes das áreas artísticas indispensáveis para o normal arranque do ano letivo.

Tendo em conta esta situação inadmissível, a FENPROF promoveu naquela data, na Escola Artística António Arroio, em Lisboa, um encontro (foto) com a Imprensa, que juntou professores das escolas envolvidas (Lisboa, Porto e Coimbra), membros dos órgãos de gestão e dirigentes sindicais.

“As escolas precisam destes professores!”, foi a mensagem em destaque nos depoimentos recolhidos pelas equipas de reportagem.

Só no dia 4, aquelas escolas especializadas puderam utilizar das plataformas informáticas indispensáveis para o desenrolar do processo cuja conclusão, nestas escolas, é relativamente longa.

Esta situação teve evidentes consequências na preparação e abertura do ano letivo, ao mesmo tempo que configura um grave desrespeito para com estes profissionais, muitos deles com vários anos de serviço prestado no mesmo estabelecimento, como

alguns deles tiveram oportunidade de o confirmar em declarações aos profissionais da comunicação social. Estes professores (representando cerca de 50 por cento do total dos docentes), embora preencham necessidades permanentes das escolas, são contratados ano após ano, sem qualquer vínculo ou integração no estabelecimento de ensino.

Neste caso não há tão pouco contratação plurianual, como lembrou Mário Nogueira aos jornalistas, à porta da António Arroio, em Lisboa.

Persona non grata

Retomando as preocupações sublinhadas no passado dia 2 de setembro junto aos Centros de Emprego de Coimbra e da Amadora, o Secretário Geral da FENPROF referiu que o desemprego dos professores é “um drama social” e um problema para a capacidade de organização e funcionamento das escolas, para além de reduzir a sua capacidade de resposta educativa, formativa e social, e potencia quebras significativas da qualidade do ensino.

Os professores sem vínculo (contratados e desempregados), ainda que trabalhando, ininterruptamente, há mais de uma ou duas décadas, parecem ser *persona non grata* para o MEC, acusa a FENPROF. | JPO •



Luta em defesa da Escola Pública vai continuar!

Depois de em maio e junho passados a FENPROF ter realizado uma mega- operação de divulgação do que se faz na Escola Pública, percorrendo, com uma animada caravana, todos os distritos do país (continente e regiões autónomas), 2013-2014 será mais um ano em que os professores darão grande destaque a este tema e ao qual se associarão outras entidades, particularmente de estudantes, pais e encarregados de educação e também órgãos das escolas, associações locais de intervenção cultural e outras entidades

Alteração ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo Golpe violento contra a Escola Pública

O Conselho de Ministros aprovou (5 de setembro) o decreto-lei que visa rever o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, o que merece da FENPROF forte rejeição e oposição, que, aliás, manifestou no parecer enviado ao MEC em 29 de julho.

Trata-se de uma mudança radical do papel do Estado, constitucionalmente definido, e do lugar que, pela Constituição da República, está atribuído ao ensino particular e cooperativo.

O Governo, agindo absolutamente à margem da Lei, pretende, alerta a FENPROF, privatizar o ensino e a Escola Pública, com a eliminação de requisitos atualmente em vigor para a criação e funcionamento de escolas privadas e para o seu financiamento público e considerar o ensino privado em pé de igualdade com o ensino público, o que contraria o disposto na Constituição da

República Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Para a Federação Nacional dos Professores, estas alterações são ilegítimas e ilegais e devem merecer, por isso, um combate veemente.

A aprovação pelo Conselho de Ministros da alteração ao Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo prossegue o caminho de destruição da Escola Pública, designadamente através da transformação do ensino particular e cooperativo num sistema concorrencial com o ensino público; de concretização das medidas impostas pelo capital estrangeiro e pela troika (FMI-UE-BCE), designadamente o corte de 4,7 mil milhões de euros na despesa com as funções sociais do Estado e de favorecimento dos interesses dos empresários dos colégios (e não dos alunos e das suas famílias), através da transferência, sem restrições, de verbas do Orçamento do Estado para os cofres das

instituições privadas. Perante este quadro, a FENPROF apelou aos grupos parlamentares para que chamem o diploma à discussão na Assembleia da República, e, também, a que requeiram a fiscalização sucessiva da sua constitucionalidade, caso o Presidente da República não requeira a sua fiscalização preventiva.

Um amplo movimento em defesa da Escola Pública

É neste contexto de contestação à política do MEC, refletindo o sentimento de rejeição destas políticas pela generalidade das escolas públicas portuguesas, que a FENPROF se declara disponível para desenvolver um amplo movimento em defesa da Escola Pública, com as escolas (professores, pessoal não docente, alunos e famílias), que responda a esta subversão do papel do Estado e da Constituição da República, caso não seja travada, e que constituirá um dos mais graves atentados à Lei e aos direitos dos portugueses a uma Escola Pública de qualidade.

Como foi referido na conferência de imprensa da FENPROF, do passado dia 20 de setembro, desviar alunos das escolas públicas para as privadas é uma das grandes apostas da equipa do MEC. Daí, a aprovação, para aplicação em futuro próximo, de legislação que visa permitir que isso aconteça, colocando público e privado em pé de igualdade.

Esta é mais uma forte razão para que, perante um governo que age à margem da lei e usa a sua maioria parlamentar para impor um rumo contrário ao interesse de Portugal e dos portugueses, a FENPROF reafirma a exigência de demissão do governo e a necessidade de mudança do rumo que está a ser dado ao país pela maioria que o desgoverna. •



José Vitor Malheiros *

“A direita reaccionária sempre odiou a escola pública que, sendo o instrumento de eleição para o combate às desigualdades sociais, constitui o principal obstáculo ao seu programa de reforço do poder e da riqueza de uma casta de privilegiados à custa do empobrecimento e do embrutecimento da restante população.” •

* Docente universitário
In “Público”, 13 agosto 2013

CGTP-IN:

“Ataque à escola pública cada vez mais visível e violento”

O ano letivo abriu, mas as razões de protesto neste início são inúmeras, destaca a CGTP-IN em tomada de posição divulgada no passado dia 17 de setembro. A Central deixa assim algumas das “Imagens” que marcaram o arranque deste novo ano escolar:

O desemprego de professores e de outros profissionais das escolas que dispara fortemente;

As escolas que abrem portas com falta de docentes e não docentes e perto da penúria financeira, pedindo à comunidade escolar o que o orçamento já não comporta, embora seja essencial;

Pais que contestam as más condições de trabalho proporcionadas aos seus filhos, desde problemas físicos, como a degradação das instalações escolares, a problemas de ordem pedagógica, onde sobressai a constituição de turmas do 1.º Ciclo com alunos de diversos anos de escolaridade;

Estudantes que contestam a redução de oferta educativa e formativa prestada pelas escolas públicas;

Famílias, vítimas das políticas de empobrecimento impostas pelo governo, que já não conseguem fazer mais sacrifícios para suportarem os custos do ensino, num contexto em que a ação social escolar não dá as respostas necessárias e adequadas, agravando as desigualdades entre os jovens estudantes. “A situação tão negativa em que o ano letivo se inicia só poderá surpreender quem ainda não compreendeu que o governo está a desenvolver uma política deliberadamente orientada para criar dificuldades cada vez maiores nos serviços públicos, num quadro de prosseguimento do violento ataque que está a desferir contra as Funções Sociais do Estado”, realça a CGTP-IN, que acrescenta:

“Se o ano letivo que ainda agora abriu já se apresenta de forma tão negativa e censurável, as preocupações crescem em relação ao que será o seu desenvolvimento, sabendo-se que o governo está apostado em cortar os tais 4,7 mil milhões de euros nas funções sociais do Estado, dos quais, cerca de mil milhões serão na Educação, não deve ser esquecido que o ano que agora se inicia decorrerá, maioritariamente, em 2014, prevendo-se que o Orçamento do Estado em preparação para esse ano seja intencionalmente devastador para os serviços públicos.”

Privatização

“A este quadro de desvalorização da Escola Pública não é alheia a intenção do Governo PSD e CDS em avançar para a privatização do ensino, estando já a aprovar legislação nesse sentido”, regista a Central sindical. “O fim dos requisitos que visam criar regras na transferência de verbas públicas para colégios privados, o inconfessável desejo de avançar para o “cheque-ensino” ou o discurso hipócrita da “liberdade de escolha”, mais do que sinais, correspondem a práticas absolutamente inaceitáveis de quem deveria, em primeiro lugar, zelar pelos interesses da Escola Pública, no respeito pela Constituição da República Portuguesa”, observa a Inter.

A CGTP-IN denuncia ainda o cinismo e hipocrisia com que Primeiro-ministro e ministro da Educação abordaram este início de ano letivo e reafirma que a defesa de uma Escola Pública democrática, de qualidade, inclusiva e gratuita será prioridade na sua ação em defesa de um futuro muito melhor para Portugal e os portugueses. | JPO •

“O governo está apostado em cortar os tais 4,7 mil milhões de euros nas funções sociais do Estado, dos quais, cerca de mil milhões serão na Educação”



Tal como a FENPROF denunciou A aplicação da Portaria 275-A/2012 exclui das turmas os alunos com NEE

Desde a saída da Portaria 275-A/2012, de 11 de Setembro, que a FENPROF denunciou as consequências negativas e o retrocesso na verdadeira inclusão escolar dos alunos com NEE que frequentam o ensino secundário.

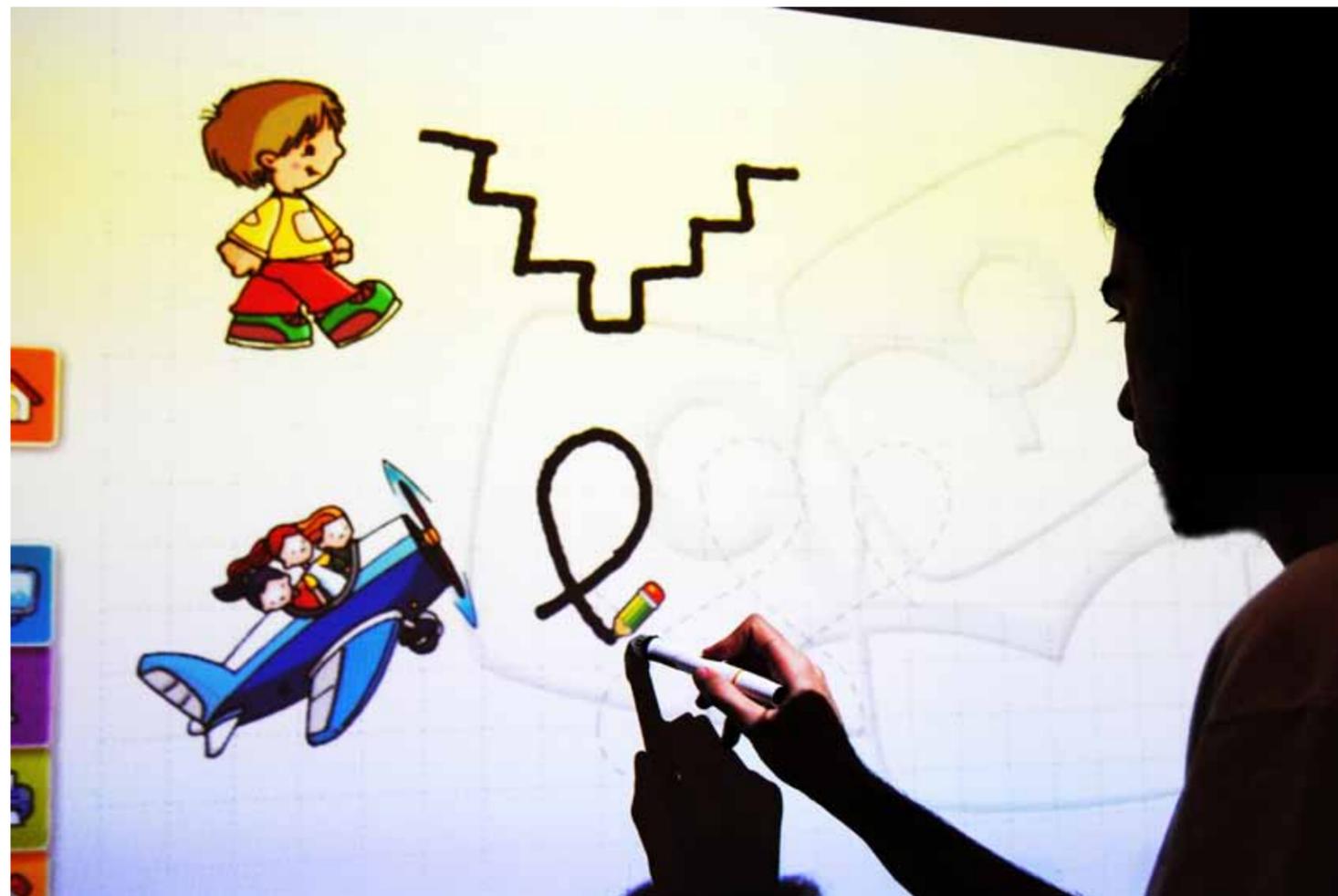
O MEC tem vindo a revelar a sua real intenção em relação aos alunos com NEE: excluí-los das turmas. O MEC tem vindo a concretizar este objetivo colocando os alunos com NEE em unidades especializadas e, com a referida portaria, em instituições fora da escola. Nestas opções há sempre um denominador comum: retirar os alunos com NEE das turmas, onde deveriam estar de pleno direito, como todos os seus colegas.

Para os alunos com NEE estarem efetivamente incluídos no ensino secundário, o MEC deverá garantir mais recursos humanos (docentes e não docentes) e materiais. O que o MEC fez foi precisamente o contrário: reduziu a colocação de docentes de EE (e nunca abriu vagas de quadro nos grupos de recrutamento da EE nas escolas secundárias), de assistentes operacionais, psicólogos, terapeutas e não garantiu as condições físicas

necessárias para incluir verdadeiramente estes alunos.

No caso do ensino secundário é evidente a exclusão destes alunos das turmas. No despacho 5048-B/2013 de 12 de abril, no artº 21º (constituição de turmas no ensino secundário) o MEC, na pessoa dos secretários de estado João Casanova e João Grancho, retiram a obrigatoriedade, que estava definida, até à saída do despacho de 2012 (despacho 5106-A/2012 de 12 de Abril) do número máximo de alunos por turma (20) quando integrem alunos com NEE ("não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições").

No referido despacho de 2013 é assumido em letra de lei que os alunos com NEE não são considerados como alunos das turmas no ensino secundário. Esta posição do MEC só confirma a exclusão destes alunos camuflada na portaria do ano passado. Nos demais níveis de ensino (da Educação Pré-Escolar ao 3º CEB) mantém-se a exceção de número máximo de alunos por turma (20) quando integrem alunos com NEE. A exceção surge quando no despacho se refere a constituição de turmas no ensino secundário. ●



DEPOIMENTOS

João Marques é aluno do ensino secundário e, durante o ano letivo 2012/2013, sofreu as consequências, escolares e sociais, da implementação da Portaria 275-A/2012: "Este ano letivo [2012/2013] não tenho podido estar na turma a que pertencço..."

"Sinto-me desiludido porque pela primeira vez não posso estar na sala com os meus colegas, porque os nossos horários e as nossas disciplinas não são compatíveis." "Preocupa-me como vai ser o meu futuro, como vou poder arranjar trabalho se não há instituições onde possa começar a treinar com a ajuda dos professores para mais tarde poder ter um emprego nas áreas de que gosto e sinto que sou capaz de desempenhar uma tarefa."

Isabel Correia é docente de EE que confirma na sua prática diária o retrocesso na inclusão de alunos com NEE, nomeadamente "de que forma é que o trabalho que este aluno tem vindo a desenvolver foi prejudicado pela implementação da

Portaria 275-A/2012 de 11 de Setembro": "O João frequentava as disciplinas de Geografia, História A e Português, integrando a turma. Esta situação alterou-se completamente com a entrada em vigor da nova legislação no início do ano letivo [2012/2013]."

"...as instituições parceiras, no início do ano letivo, não puderam colaborar no desenvolvimento das áreas de caráter mais especializado por falta de recursos. A escola, teve de assegurar o planeamento, o desenvolvimento e a avaliação das componentes curriculares..."

"Dando cumprimento à Portaria 275-A/2012 de 11 de setembro, suspendeu-se a frequência das disciplinas: Geografia, Português e História A, por incompatibilidade de horários e pela necessidade de desenvolver áreas, contempladas, com caráter obrigatório na referida Portaria..."

"...a escola teve de assumir, sem parcerias, nem qualquer apoio, o desenvolvi-

mento das áreas curriculares definidas na referida legislação."

Estes 2 depoimentos demonstram que, tal como a FENPROF denunciou há um ano atrás (na comunicação social, na Assembleia da República e no MEC), a aplicação da Portaria 275-A/2012, de 11 de setembro, exclui das turmas do ensino regular os alunos com NEE.

No ano letivo 2012/2013 o MEC segregou os alunos com NEE que frequentam o ensino secundário, afastando-os da escola. Este ano assume que os alunos não têm direito a estar sequer incluídos nas turmas do ensino secundário. No próximo ano...

O caminho para a segregação das pessoas com deficiência que marcou, essencialmente, o século XIX parece estar de volta... ●

Agradecimentos pela colaboração:

João Marques (aluno do ensino secundário), **Helena Marques** (mãe do João) e **Isabel Correia** (Professora de Educação Especial)

MEC

É inaceitável o contínuo desrespeito pelos alunos com NEE e as suas famílias

O Ministro Nuno Crato foi politicamente sério quando disse que a abertura do ano letivo decorreu com "normalidade". Para satisfazer as suas ideologias políticas em relação à Escola Pública o ano letivo começou com falta de docentes, de assistentes operacionais, com turmas de 30 ou mais alunos, com 4, 5 ou 6 alunos com NEE em turmas de 26 alunos, com turmas do 1º CEB com 4 anos de escolaridade, entre outras situações vergonhosas, é tudo "normal" para denegrir e destruir a Escola Pública.

O Sr. Ministro está satisfeito porque as suas intenções estão a tornar-se realidade e a grande maioria da opinião pública está a

ser levada a pensar que os colégios privados têm melhores condições para os seus filhos.

Mas nem todos os cidadãos pensam assim...

Por isso a contestação e o protesto, por condições dignas numa Escola Pública que deve ser de e para todos, é cada vez maior.

É inaceitável o contínuo desrespeito pelos alunos com NEE e as suas famílias, como é inaceitável o desrespeito pelos docentes e não docentes que apoiam estes alunos.

O atual governo PSD/CDS e mais concretamente a equipa do MEC de Crato, Casanova e Grancho são uns autênticos fora da lei. De que servem as leis se são desrespeitadas todos os dias?

Do levantamento feito a nível nacional, em praticamente todas as escolas é desrespeitada a lei da constituição de turmas no que diz respeito às turmas que integram alunos com NEE (Despacho 5048-B/2013 de 12 de Abril).

O referido despacho obriga a que todas as turmas com integrem alunos com NEE tenham um número máximo de 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos com NEE. O desdobramento de turmas não foi autorizado pelo MEC para que a ilegalidade e a "confusão" reine nas escolas.

Mente perversa...

O MEC faz isso escondendo-se atrás de uma falsa autonomia das escolas porque a grande maioria abriu o ano letivo não com o que estava previsto de acordo com o levantamento das necessidades da escola mas com as regras que o MEC impôs, indeferindo desdobramento de turmas e colocação de mais docentes da EE.

Só uma mente perversa e com grande vontade de destruir a Escola Pública (a única que respeita o princípio da igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens) é que toma decisões e medidas deste "calibre":

- Turmas com mais de 20 alunos e com mais de 2 alunos com NEE
- Turmas do 1º CEB com os 4 anos de escolaridade e com alunos com NEE
- Turmas dos cursos profissionais com 32 alunos, 2 deles com NEE
- Escolas com "turmas especiais" em salas à parte
- Escolas com 70 alunos com NEE sem apoio
- Docentes da EE com 46 alunos com NEE para apoiar

Alguns poderão achar que os governantes estão "malucos" (penso que podemos "chamar os bois pelos nomes" uma vez que o desrespeito pelos professores veio do próprio Ministro Crato ao insinuar que uma Professora estaria com distúrbios mentais porque o questionou sobre o que está a fazer à Escola Pública no nosso país), mas não estão...

O que os governantes estão a fazer é proposto, é com uma intenção clara de destruir a Escola Pública que tem obrigação de receber todos os cidadãos independentemente da sua condição económica, social, cultural, física ou psíquica.

O Ministro Crato e este governo só ficarão saciados quando todos os cidadãos que puderem pagar a educação dos seus filhos os retirem da Escola Pública e os coloquem nos colégios privados dos negociantes da educação, deixando para "os pobres e os deficientes" as "migalhas" que foram atiradas dos pedestais...

Mas terão que nos matar a todos...os que continuamos a defender a Escola Inclusiva, Democrática e de Qualidade para **todos!** ●



A importância da formação inicial no apoio especializado a crianças e jovens com NEE

Maria Helena Rolim, mãe de uma criança com necessidades educativas especiais (NEE) refere no depoimento que deu à FENPROF: “...tive a felicidade de no 1º ano de vida da minha filha, ter o apoio de uma docente com formação em Educação de Infância e especialização em Intervenção precoce.

O apoio foi eficaz, tranquilizador e acima de tudo estruturante. Como resultado deste apoio fomos motivados e capacitados para trabalhar com os nossos filhos e ainda para gerirmos e procurarmos soluções dentro e fora da comunidade.”

No 11º Congresso da FENPROF em maio de 2013 foram aprovadas as propostas para a reorganização da Educação Especial (EE), de forma a responder adequadamente às necessidades do Sistema, da Escola e dos Alunos.

Nestas propostas a FENPROF defende que cada docente da EE deve ser colocado no concurso/distribuição de serviço, preferencialmente, de acordo com as seguintes prioridades:

- 1º. Nível de ensino de acordo com a sua formação inicial
- 2º. Nível de ensino contíguo ao da sua formação inicial
- 3º. Outro nível de ensino

No âmbito da EE para a Intervenção Precoce/Atempada, os docentes de EE deverão

ter uma formação de base para a Educação Pré-Escolar/1ª Infância ou, sendo de outro nível de ensino, uma formação especializada em Intervenção Precoce (IP).

A FENPROF defende a importância da formação inicial de cada docente na colocação para apoio de crianças e jovens com NEE.

A formação inicial é a base de trabalho e do início da experiência profissional de cada docente. De acordo com a legislação em vigor (DL 95/97 de 23 de Abril), somente após 5 anos de serviço docente poderão os Educadores ou Professores iniciar os cursos de formação especializada, nomeadamente em EE.

Independentemente de não concordar com a imposição de 5 anos, defendendo, em alternativa, um mínimo de 3 anos de exercício efetivo da profissão, a FENPROF considera que, tendo os docentes da EE já exercido no nível de ensino ou educação para o qual foi direcionada a sua formação inicial. É com base nessa experiência profissional que deverão ser preferencialmente colocados os docentes. Esta é uma questão de conteúdo científico-

-pedagógico no nível de ensino para o qual estão preparados, podendo assim exercer a função de docente da EE, preferencialmente, no nível de ensino para o qual foi formado. Por ser também mais favorável ao nível do emprego docente, o MEC tem preferido fazer uma gestão “larga” dos docentes.

Mª Helena Rolim acrescenta ao seu depoimento “...como pode um docente com formação em economia e especialização em EE dar respostas credíveis [na IP]. Assistimos a uma total descredibilização do sistema.”

Sobre a importância da formação inicial o Prof. Miranda Correia refere: “No que concerne à idade [dos alunos a apoiar], são considerados 2 grandes grupos. O 1º abrange as crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos e o 2º as restantes crianças e adolescentes, ou seja, os indivíduos com idades compreendidas entre os 7 e os 18 anos... No caso do 1º grupo (0-6 anos), os serviços e apoios educacionais especializados, geralmente designados por serviços de IP, aqui tidos como ‘o conjunto de serviços

e apoios prestados a crianças em risco ou com NEE, com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos de idade, e às suas famílias’, devem ser prestados por Educadores, especializados em IP.

... é um autêntico disparate obrigar Educadores especializados, cuja formação inicial se centra na “Educação de Infância”, a apoiar alunos com NEE que frequentam o ensino básico ou secundário. Do mesmo modo, é também um absurdo exigir aos Professores especializados, cuja formação pouco ou nada tem a ver com a “Educação de Infância”, que prestem apoio a crianças que frequentam os Jardins de Infância.

... esta igualdade de circunstâncias deverá determinar a colocação dos Professores especializados consoante os níveis de ensino da sua formação inicial.”

A realidade que temos hoje, no que diz respeito à formação especializada e à colocação de docentes nos grupos de recrutamento da EE, tem que ser repensada. Há muitos casos que não respeitam a individualidade de cada aluno (seja devido à sua idade ou às suas capacidades e necessidades).

Por esta razão, a FENPROF defende que os cursos de formação especializada, bem como os lugares de Quadro nos grupos de recrutamento da EE, devem abrir de acordo

com a definição atempada dos contingentes necessários para cada nível de ensino e área de especialização, por forma a garantir os apoios especializados, como recurso da Escola Inclusiva, a todos os alunos que deles necessitem (desde a IP até à Universidade).

Tal como escreve o Prof. David Rodrigues: “Pensar a Escola é, conhecendo o passado e conhecendo o presente, lançar pontes para a organização da Escola e da Aprendizagem, por um Currículo, por uma Cultura Escolar com sentido de futuro.” ●

Agradecimentos pela colaboração: Mª Helena Rolim (Mãe de uma criança com apoio em IP), Prof. Doutor Miranda Correia e Prof. Doutor David Rodrigues

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA

ÉVORA
14 Out 17h • Inauguração da exposição seguida de debate
Exposição patente de 14 a 18 de Out. na Escola Secundária Severim de Faria

CASTELO BRANCO
21 Out 17h • Inauguração da exposição seguida de debate
Exposição patente de 21 a 25 de Out. na Escola Secundária Amato Lusitano

STA. MARIA DA FEIRA
28 Out 17h • Inauguração da exposição seguida de debate
Exposição patente de 28 de Out. a 1 de Nov. na Esc. EB 2/3 Paços de Brandão

FUNCHAL
11 Nov 17h • Inauguração da exposição seguida de debate
Exposição patente de 11 a 14 de Nov. na Escola Secundária Francisco Franco

LISBOA
19 Nov 17h • Inauguração da exposição seguida de debate
Exposição patente de 19 a 23 de Novembro na Escola Secundária D. Dinis

PONTA DELGADA
2 Dez 17h • Inauguração da exposição seguida de debate
Exposição patente de 2 a 6 de Dez. na Escola Básica Integrada Roberto Ivens

INR Instituto Nacional para a Reabilitação
CO-FINANCIADO INR (Instituto Nacional para a Reabilitação)
PROJECTO EM PARCERIA CNOD | www.cnod.org.pt / FENPROF | www.fenprof.pt



Projeto CNOD/FENPROF

Durante o 1º período deste ano letivo a FENPROF e a CNOD (Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes) concretizarão o projeto “A importância da escola para todos na inclusão social das crianças e jovens com deficiência”, financiado pelo Instituto Nacional de Reabilitação (INR). Este projeto pretende sensibilizar toda a comunidade educativa escolar para a importância da Escola Inclusiva. Ao longo do projeto, que decorre entre outubro e dezembro de 2013, será apresentada uma exposição com painéis ilustrativos de experiências de inclusão escolar e social das crianças e jovens com deficiência (desde a Intervenção Precoce à Universidade).

A exposição percorrerá todo o país, de Norte a Sul, incluindo regiões autónomas (Évora, Castelo Branco, Sta. Mª da Feira, Funchal, Lisboa, Ponta Delgada). Para além da exposição, em cada região realizar-se-á um debate organizado por cada Sindicato da FENPROF (SPZS, SPRC, SPN, SPM, SPGL e SPRA), com programa próprio, adequado à realidade e experiência em termos de inclusão. Este projeto pretende consciencializar a comunidade educativa da importância da inclusão de crianças e jovens com deficiência em contextos não segregados, ou seja, em contextos de contacto direto e permanente com crianças e jovens sem deficiência, onde o respeito e a tolerância pela diferença seja uma realidade, em ambientes de participação e inclusão plena e efetiva na escola e na sociedade em termos de igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens, independentemente da sua condição física ou psíquica. ●



impressões

HENRIQUE BORGES (membro do SN da FENPROF)



duas palavras

ANTÓNIO AVELÃS (membro do SN da FENPROF)

Dois anos de troika, dois anos de resistência Não estamos condenados!

São cada vez mais as situações de degradação económica, social e política para que o nosso país tem vindo a ser arrastado. A pretexto do cumprimento do “Memorando de Entendimento”, o governo de Passos Coelho e Paulo Portas, com o apoio incondicional de Cavaco Silva, tem imposto teimosamente um conjunto de medidas que, sem margem para dúvidas, são as principais causas da situação que estamos a viver.

Quero, contudo, deixar claro, que não esqueço a existência de uma conjuntura internacional desfavorável, nem vejo na continuidade desta política de desastre, “simples teimosia ou negação da realidade.” “Na verdade, embora hesitem em admiti-lo, na perspectiva do governo e da Troika (FMI, BCE e Comissão Europeia) a estratégia em curso está a ser bem-sucedida no que é fundamental, ou seja: produzir alterações profundas, em muitos casos dificilmente reversíveis, no funcionamento da sociedade, da economia e do Estado. Privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho, redução da fiscalidade sobre as empresas, degradação dos serviços colectivos, erosão do sistema público de pensões – estes são os ingredientes de um programa de governação que não foi sufragado pelo povo português nas urnas (...) e que dificilmente conseguiriam fazer passar em condições normais de funcionamento das democracias.” (*)

Não me convencem nem me tranquilizam os recentes elogios do senhor Wolfgang Schäuble, Ministro das Finanças da Alemanha, ao «Programa de Ajustamento Português». Antes pelo contrário, como “autor” do programa, os seus elogios fazem aumentar os meus receios! Sou professor, sei o que está a acontecer à profissão e à Escola Pública, conquista civilizacional que a todos, sem excepção, cumpre defender.

De Nuno Crato só o pior se pode esperar, a sua sanha contra a Escola Pública e a profissão docente é por demais evidente. Qualquer medida adoptada ou a adoptar, na área da educação, por mais simples e menos abrangente que se revele, traduz-se inevitavelmente numa perda e num retrocesso dificilmente revertível. Gostaria de referir, a título de exemplo uma situação verificada em quatro das dez escolas/agrupamentos no Concelho de Gondomar onde, apesar do número de alunos ter aumentado relativamente ao ano de 2012, são mais 315, os professores diminuíram em número de 40, resultado das medidas de política educativa deste governo.

Temo pelo futuro da Escola Pública e que me perdoem o para alguns pode ser entendido como um atrevimento, mas, mesmo correndo esse risco, temo também, desde logo, pela atitude de complacência de alguns perante as medidas adoptadas, esperando assim não serem eles a ter que as propor e implementar, quando e se vierem a assumir responsabilidades no domínio da educação. Não posso deixar de lembrar que o “Memorando de Entendimento”, acordado com a Troika em Maio de 2011, contém os elementos estruturantes das políticas que estão na raiz dos problemas que estamos a viver e que inevitavelmente se irão agravar, independentemente de possíveis alterações de detalhe ou de forma. Passaram-se mais de dois anos sobre a aplicação do

Memorando de Entendimento e a verdade é que a dívida pública aumenta quase que exponencialmente, tornando-se mesmo insustentável. Temos menos emprego, menos escola, menos saúde, menos pensão de reforma... Só falta que os nossos governantes venham, mais uma vez, com o discurso da “luz ao fundo do túnel” e do “já que chegamos aqui, não podemos nem devemos desperdiçar os sacrifícios realizados”.

Há alternativas à política deste governo. Para tal temos que desafiar a “visão indigente e deturpada da Troika e do coro de comentadores que com ela alinham” que mais não pretendem do que criar em cada um de nós um sentimento de autculpabilização e a ideia de que as “reformas estruturais” – leia-se menos direitos sociais e laborais – são uma inevitabilidade.

A enorme distância que vai das promessas aos actos, retira, em minha opinião, ao governo a legitimidade e o direito de representação. Como lembrava Ana Luísa Amaral, “os governantes nada mais são que representantes do povo. Se, ao abrigo do seu estatuto de governantes, adquirem benesses, trocam favores, se movem nas zonas cinzentas da desconfiança e da ausência e transparência, então deixam de representar esse povo e perdem o direito de o representar. E o povo tem, por sua vez, o direito de exigir que desistam de o fazer. O mesmo é dizer que o povo tem o direito de intimar a esses governantes que se demitam. E tem até o direito de exigir que eles sejam, caso a caso, levados à justiça.” (**)

Notas: (*) *A Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes – Tinta-da-China, Agosto de 2013*; (**) *Jornal Público, Dom. 15 de Set 2013*.

“ Há alternativas à política deste governo. Para tal temos que desafiar a “visão indigente e deturpada da Troika e do coro de comentadores que com ela alinham” que mais não pretendem do que criar em cada um de nós um sentimento de autculpabilização e a ideia de que as “reformas estruturais” – leia-se menos direitos sociais e laborais – são uma inevitabilidade.

Redução brutal dos professores e educadores Talvez...emigrar?

“Ora, nos dias que correm, parece ser esta (estímulo à emigração) a atitude que vem assumindo o governo de Portugal, como atestam as afirmações proferidas em outubro de 2011 por Alexandre Mestre, Secretário de Estado da Juventude e Desporto, incentivando os jovens a “saírem da sua área de conforto”, seguidas por sugestões de teor idêntico lançadas pelo então ministro dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, e pelo próprio primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho.”¹

Pois é. Emigrar é de certeza o que mais passa pela cabeça dos milhares de contratados para quem um simples lugar no ensino, quanto mais o acesso a uma carreira docente digna, respeitada e valorizada, é uma miragem.

De uma forma meticulosa, pensada e assente numa perspectiva ideológica francamente reacionária, este governo apostou na redução brutal do número de professores e educadores no ensino público, ensino que, segundo estes paus mandados do mais radical neoliberalismo, urge reduzir e desqualificar para que o privado – o das elites financiadas por dinheiros públicos – possa expandir-se.

Para cada um dos docentes apanhados nesta vertigem do desemprego (intencionalmente provocado) emigrar pode ser uma solução. Que obviamente se respeita. Mas que futuro existe para um país que obriga os seus cidadãos mais qualificados a emigrarem?

A emigração forçada² de quadros qualificados significa que o país pagou essa formação mas que serão outros os países a dela beneficiarem. Mais uma forma de pôr os países economicamente mais débeis ao serviço dos países mais ricos. Novas formas de imperialismo?

(1) “Encolher o país: a política económico-demográfica da emigração”, Jorge Malheiros, *Le Monde diplomatique*, edição portuguesa, setembro 2013.

(2) Há que distinguir entre esta emigração forçada, da qual nada de útil resulta para o país, da “emigração voluntária”, traduzida em intercâmbios com outros países. Esta última é na maioria dos casos acompanhada de planos de estudos ou de trabalho previamente preparados nos quais se insere, por regra, o regresso ao país de origem que pode tirar benefícios dessas aprendizagens. É uma emigração destinada às elites económicas, culturais e científicas. ●

Cartoon

Henrique Monteiro



Não aos orçamentos da troika, sim à reestruturação da dívida Para um orçamento ao serviço da dignidade dos cidadãos

ANTÓNIO NABARRETE (Membro do Conselho Nacional da FENPROF)

Os erros colossais das previsões e cenários macroeconómicos dos últimos três Orçamentos de Estado não resultam de qualquer inabilidade gritante do Ministério das Finanças.

São, isso sim, a consequência directa de uma actuação deliberada de "re-construção" da realidade montada pelo fundamentalismo neoliberal que governa Portugal, quase toda a Europa e grande parte do mundo. Tem como finalidade obscurecer a centralidade da decisão política, incentivar análises técnico-burocráticas assentes no princípio retrógrado da inevitabilidade e permitir a continuação da remuneração principesca do capital financeiro.

"Modelo exportador" vs desvalorização do trabalho e das prestações sociais

Segundo dados do Banco de Portugal (Boletim de Verão de 2013) o Consumo Privado teve em 2012 um peso no PIB de 66,3%, apesar de em 2011 ter caído 4% relativamente a 2010. Este dado, por si só, mostra a barbaridade da

política económica do Governo PSD/CDS/Troika, com o aval directo do Presidente da República, que pretendem fazer crer que as exportações são a chave única para abrir um futuro para o país e que o mercado interno é desprezável.

É óbvio que ninguém desdenharia que as exportações portuguesas atingissem, ou superassem, os 50% do PIB, como as alemãs, principalmente se não dependessem tanto das importações como dependem. Aliás, devido a este facto, era até preferível um valor mais baixo de exportações (em 2012 corresponderam a 38,8% do PIB) se a componente importada (em média superior a 40% nos últimos anos) baixasse significativamente através de uma política de substituição de importações induzida pela dinamização do mercado interno.

No mesmo ano de 2012 as importações corresponderam a 39,3% do PIB o que anulou completamente o efeito positivo das exportações. Isto, num ano em que o consumo privado, o consumo público e o investimento tiveram quedas vertiginosas!

Para compreender o alcance do que está verdadeiramente em causa, e a razão pela qual a austeridade mata a economia, basta olhar para a fórmula simplificada de cálculo do PIB, na óptica da despesa: $PIB = C + G + I + (X - M)$, em que C representa o consumo privado, G o consumo público, I o investimento, X as exportações e M as importações. Em 2012, como já foi referido (dados do Banco de Portugal) o consumo privado representou 66,3% do PIB, o consumo público 18,4% e o investimento 15,8%.

O que, tudo somado, dá 100,5. Os 0,5 que estão a mais são compensados pelos 0,5 negativos que resultam da operação (X-M), ou seja, da diferença entre as exportações e importações. No caso de 2012 da diferença entre 38,8% de exportações e 39,3% de importações.

O afundamento do mercado interno motivado pela política de austeridade imposta através dos cortes salariais, cortes nas prestações sociais e aumento acentuado dos impostos directos e indirectos, nomeadamente o IRS, o IMI e o IVA conduziram em três anos a uma queda do PIB superior a 10 mil milhões de euros (6,3%) e a um aumento de oito pontos percentuais do desemprego oficial.

O **Quadro I** mostra claramente os efeitos perniciosos desta política económica.

Desmantelar o Estado Social para remunerar o capital financeiro: o caso da Educação

Ao assumir o poder em Junho de 2011 a coligação de direita encontrou no memorando de entendimento, assinado com a troika no mês anterior, o instrumento de que precisava para destruir o contrato social. Através de um orçamento rectificativo cortou num ápice metade do subsídio de Natal a mais de três milhões de trabalhadores.

Os professores, e restantes funcionários públicos, tiveram assim uma dupla penalização nesse ano, pois já tinham visto o seu salário cortado em 5%, em média, através do Orçamento para 2011 da responsabilidade do Partido Socialista. Não sendo possível partir para uma revisão constitucional, a coligação de direita apostou no aprofundamento da destruição do estado social tendo como alvo principal a Escola Pública.

Passos Coelho admiti-lo-ia expressamente numa entrevista à RTP, que ocorreu em 13 de Setembro de 2012, salientando que a protecção que a Lei Fundamental consagra à Educação é menor que a que consagra à Saúde. Independentemente da imbecilidade argumentativa, a sua política veio confirmar esta orientação. O **Quadro II** mostra isso com toda a clareza.

A gigantesca quebra orçamental no sector da Educação acontece essencialmente através de cortes no rendimento dos professores, educadores e outros profissionais da Escola Pública e de um brutal aumento do desemprego motivado por um currículo decepado, mega-giga-agrupamentos, aumento de alunos por turma, entre outras medidas que minaram a qualidade da educação em Portugal.

Usando os dados do Relatório que acompanha o Orçamento para este ano de 2013 conclui-se que o investimento em educação desce para os 3,8% do PIB. Um valor que nos atira de novo para 1989, no início da reforma de Roberto Carneiro. É um trambolhão de 24 anos! Isto se a execução orçamental deste ano não se vier a revelar ainda mais cavada no sector da educação, probabilidade que aumenta sensivelmente a cada dia que passa.

Um orçamento que acabe com a rapina e o empobrecimento

O **Quadro III** mostra claramente para onde nos arrasta esta política austeritária: um abismo sem fundo! Se atentarmos no facto de o défice orçamental de 2011 ter sido de 4,4%, o de 2012 de 6,4% e o deste ano muito provavelmente ficar acima dos 6% compreenderemos imediatamente que todo o sofrimento dos trabalhadores, pensionistas e desempregados portugueses não serviu para o aproximar do valor mítico de 3% mas sim para pagar juros agiotes e, em grande

“

Não sendo possível partir para uma revisão constitucional, a coligação de direita apostou no aprofundamento da destruição do estado social tendo como alvo principal a Escola Pública.

parte, dívida ilegítima! Isto ao mesmo tempo que a economia definha e a relação da dívida com o PIB assume contornos cada vez mais monstruosos (vai para os 130%).

Esta dívida, com estes juros, não tem qualquer possibilidade de ser paga! Insistir neste caminho levará ao aniquilamento do que resta do tecido económico nacional, à profunda deterioração dos rendimentos dos trabalhadores, pensionistas e desempregados e à aniquilação dos fundamentos do Estado Social.

Há um caminho

É preciso inverter rapidamente a situação. É preciso criar as condições para uma nova política económica que defenda a economia nacional e o rendimento dos portugueses.

O primeiro passo terá de ser uma moratória sobre os juros da dívida que suspenda o seu pagamento.

O segundo, uma reestruturação profunda da dívida conduzida por um governo que respeite a dignidade do povo português e não pelos credores como aconteceu com a Grécia.

Em termos orçamentais, o alívio de quase 9 mil milhões anuais, resultantes da suspensão do pagamento dos juros, permitiria parar com a austeridade, diminuir o IRS e IVA e encontrar formas de financiamento para as pequenas e médias empresas reanimando o tecido produtivo de forma a criar condições para começar a diminuir o desemprego aumentando o rendimento nacional.

É preciso outro governo com outra política. Não há um minuto a perder! ●

Nota: o autor não reconhece qualquer validade ao novo acordo ortográfico

QUADRO I – Cenários macroeconómicos vs realidade observada

Indicadores	2011		2012		2013	
	OE 2011	Verificado	OE 2012	Verificado	OE 2013	Estimado*
PIB	+0,2%	-1,0%	-2,8%	-3,3%	-1,0%	-2,0%
Consumo Privado	-0,5%	-4%	-4,8%	-5,6%	-2,2%	-3,4%
Investimento	-2,7%	-11,3%	-9,5%	-14,5%	-4,2%	-8,9%
Desemprego	10,8%	13,6%	13,4%	16,9%	16,4%	17,7%**

Fontes: Relatórios dos OE 2011, OE 2012 e OE2013, Banco de Portugal e INE

* Boletim de Verão (2013) do Banco de Portugal

** Valor observado em finais de Maio de 2013 (Banco de Portugal)

QUADRO II – Orçamento para Educação (Todos os graus de ensino, incluindo superior, e todo o financiamento, incluindo o proveniente de fundos europeus)

	Valor nominal	% do PIB
2010	8.642.975.000 €	5%
2011	7.868.980.800 €	4,6 %
2012	6.616.208.000 €	4%
2013*	6.159.838.000 €	3,8%

Fontes: INE, Pordata, Relatório OE's

*Relatório OE 2013

QUADRO III – Dívida das Administrações Públicas (valores absolutos e relação com o PIB)

	PIB	Dívida	Dívida em % do PIB
2010	172.859.500.000 €	162.473.300.000 €	94%
	Juros e Encargos da Dívida Pública		
	Valor nominal		Em % do PIB
	5.190.000.000 €		3%
2011	PIB	Dívida	Dívida em % do PIB
	171.064.800.000 €	185.240.700.000 €	108,29 %
	Juros e Encargos da Dívida Pública		
Valor nominal		Em % do PIB	
	6.271.100.000 €		3,67%
2012	PIB	Dívida	Dívida em % do PIB
	165.405.200.000 €	204.485.000.000 €	123,63 %
	Juros e Encargos da Dívida Pública		
Valor nominal		Em % do PIB	
	8.391.300.000 €		5,07 %
2013*	PIB	Dívida	Dívida em % do PIB
	162.101.016.000 €	210.731.320.000 €	130 %
	Juros e Encargos da Dívida Pública		
Valor nominal		Em % do PIB	
	8.630.100.000 €		5,32 %

Fontes: INE, Pordata, Banco de Portugal

* Relatório OE 2013 e Banco de Portugal (previsões e estimativas)





Administração Pública e direitos sociais É necessário combater o caminho para o desastre

Como refere a Frente Comum na nota introdutória da Proposta Reivindicativa Comum para 2014 (PRC2014) “Saúde, Segurança Social, Trabalho, Cultura, Educação, Justiça, Defesa, respeito pela autonomia do Poder Local, entre outros direitos, todos têm sido atacados e negados por via da brutal ofensiva levada a cabo por sucessivos governos, que, em coligações diversas (PS e PSD, com ou sem CDS-PP), pretendem avançar com o seu intento” de atacar a Constituição e os valores de Abril.

O actual governo pretende pôr fim à prestação de serviços públicos essenciais às populações, contra a matriz constitucional e atacando direitos e salários dos seus trabalhadores. São exemplos desta ofensiva sem precedentes contra os trabalhadores, desde 25 de Abril de 1974, o roubo parcial ou total dos subsídios de férias e de Natal, de parte ou da totalidade dos salários e pensões, o que não tem precedente desde o 25 de Abril.

Alguns dados que importa reter:

- Entre 2010 e 2012 (com o governo PSD/CDS e com a “troika”), a despesa pública em Portugal, em percentagem do PIB, diminuiu em 7,8% (passou de 51,5% para apenas 47,5% do PIB), o que determinou que, em 2012, ela fosse muito inferior à média da União Europeia-27 países (UE27: 49,3% do PIB; Portugal: 47,5% do PIB).

- Se a análise for feita por rubrica, conclui-se que isso foi feito fundamentalmente à custa das despesas com pessoal, que diminuíram em 18% (menos 4.564 milhões €) e do investimento Público que se reduziu em 44,7% (menos 3.098 milhões € entre 2010 e 2012).

Este governo é responsável por alterações laborais e profissionais que põem em causa o trabalho de décadas de dezenas de milhar

de trabalhadores e os direitos de todos os portugueses, sendo que a redução das condições de exercício profissional por alteração da legislação laboral é muito significativa:

- A alteração do horário de trabalho das 35 para as 40 horas;
- A entrada em vigor de um programa de rescisões, com baixas indemnizações desvalorização dos serviços públicos que estes trabalhadores prestam;
- Redução brutal do valor do acréscimo pela prestação de trabalho extraordinário;
- Alteração ainda mais negativa do sistema de mobilidade especial;
- O ataque aos actuais e futuros pensionistas com uma proposta de lei que reduz em 10%, 11% (e mesmo mais) as pensões, tornando definitivo esse corte.

Ao contrário do que os partidos que têm dividido entre si as cadeiras do conselho de ministros e manipulado a economia e as leis laborais em favor do capital (e não dos trabalhadores) tentam fazer crer (normalmente, na oposição ou nas campanhas eleitorais), a adesão à UE não trouxe aproximação aos salários e pensões médios dos países que a compõem.

Sabendo-se como o crescimento económico de um país que depende do mercado interno precisa do crescimento do poder de compra do seu povo, as políticas que têm vindo a ser desenvolvidas põem em causa esse crescimento e o futuro, traçam o caminho da alienação do património do Estado e são parte da estratégia global de transferência das responsabilidades sociais do Estado para o sector privado.

É preciso contrariar este caminho, alterando-lhe o rumo e abrindo veredas para que a alternativa possa passar. Seguramente, sem este governo e contra esta política de destruição e de agressão. | **Luís Lobo** ●

(O autor deste texto é objector de consciência em relação ao novo acordo ortográfico)

A luta dos trabalhadores da Administração Pública e dos seus sindicatos é não só importante no plano da acção política, mas tem especial impacto pela sustentação jurídica em que é realizada. Sintoma disso são as já cinco declarações de inconstitucionalidade desde que este governo do PSD/CDS tomou posse:

- A lei da requalificação/despeditos de trabalhadores da Administração Pública
- A lei do crime de enriquecimento ilícito;
- Cortes nos subsídios de férias e de natal dos funcionários públicos e reformados, por 2 vezes;
- A lei da reorganização administrativa.

Trata-se, pois de uma luta importante para impedir que este governo leve por diante o assalto ao regime democrático e a imposição da sua cartilha neo-liberal, não só no plano do trabalho, mas também na prestação dos serviços públicos. ●



Ensino Superior Público

Governo pretende cortar ainda mais os orçamentos de financiamento das instituições ameaçando a qualidade

No ensino superior público, atendendo à autonomia de que gozam as suas instituições, os seus orçamentos de funcionamento são inscritos, de modo individualizado, no Orçamento de Estado, ao contrário do que se passa com os estabelecimentos do ensino básico e secundário que aí surgem imputados de forma agregada ao MEC.

Assim, sendo política do governo, a mando da troika, cortar o défice público, cortando nas funções sociais do Estado, verifica-se que intervém no ensino superior de forma diferente do que faz nos restantes níveis de ensino.

No caso destes últimos, começa por aplicar medidas que reduzem drasticamente as necessidades de pessoal docente e não-docente (mega-agrupamentos, alterações curriculares, aumento de alunos por turma, etc.) o que lhe permite depois reduzir o orçamento, num processo que ofende a qualidade do ensino.

No caso do ensino superior, o governo primeiro, em Agosto, anuncia ao CRUP e ao CCISP o montante total reduzido – o plafond – que pretende atribuir para o ano seguinte e as regras para a sua distribuição pelas diferentes instituições. Depois aguarda que sejam estas a acomodarem a sua despesa a esses cortes, essencialmente não renovando contratos e aplicando os instrumentos que esse mesmo governo lhes põe, ou planeia pôr, à disposição para facilitar os despedimentos e reduzir os encargos correspondentes.

Frequentemente o governo tenta posteriormente, já mais próximo da entrega da proposta de lei do OE, na Assembleia da República, cortar-lhes ainda mais nos orçamentos, usando expedientes como fazer subir as contribuições das instituições para a CGA. No ano passado só a forte contestação e a vigorosa oposição dos reitores permitiu que se evitassem males maiores e que estes aumentos fossem compensados, embora insuficientemente.

Corte de 50% em três anos!...

Nestes últimos três anos, as instituições públicas de ensino superior tiveram um corte nos seus orçamentos de cerca de 50%, contando com os cortes salariais. Como resultado disto, a maioria dos docentes que se aposentam não são substituídos por novos contratados; muitos docentes

convidados não vêm os seus contratos renovados; recorre-se a bolseiros e a investigadores para cobrir necessidades lectivas permanentes; fecham-se edifícios nos períodos de férias escolares; elevam-se os montantes das propinas de licenciatura aos valores máximos permitidos por lei, ou lá próximo; carrega-se nas propinas de mestrados e doutoramentos até ao limite do que o “mercado” aguenta; pagam-se salários cada vez mais com as receitas próprias que deveriam servir para melhorar a qualidade do ensino e da investigação, etc..

Responsabilidades das instituições para a CGA

Para 2014, reduzem-se ainda mais as dotações, numa percentagem da ordem dos 3% (que a fazer fé nas declarações proferidas recentemente pelo novo SEES) poderá ainda não ficar por aqui, e aumenta-se 3,5 pontos percentuais o montante da responsabilidade das instituições para a CGA.

Ainda no que se refere a este ano, como ainda não foram distribuídas as verbas para o pagamento dos subsídios de férias que no início do ano não se encontravam previstas no OE e que agora terão de ser pagas devido ao acórdão do Tribunal Constitucional, não é possível com rigor calcular a real dimensão do corte feito em 2013 e, por essa razão também não se pode prever, com precisão, o corte para 2014, até porque falta também verificar o que se passará no âmbito das cativações em 2013.

A Acção Social Escolar, no actual contexto de crise, deveria crescer significativamente para evitar a elitização do ensino superior que os resultados do concurso nacional de acesso vêm confirmando. Não é isso que se verifica.

Na área da investigação, os cortes são também de grande dimensão e já estão em curso procedimentos com vista à aplicação da “requalificação”, mesmo quando não há ainda lei habilitante.

É uma matéria de grande importância para alunos, docentes, investigadores, não-



“
Nestes últimos três anos, as instituições públicas de ensino superior tiveram um corte nos seus orçamentos de cerca de 50%, contando com os cortes salariais

-docentes e para a qualidade da actividade das instituições que o departamento do ensino superior e investigação tem acompanhado.

A FENPROF tudo fará para mobilizar as academias e os seus representantes para impedir mais estes cortes.

Esta é uma política de desastre nacional à qual, como é bem patente, não escapa um dos sectores estratégicos mais importantes para a competitividade da economia e para a saída da crise. ●



19 de outubro

Movimento sindical, a voz consequente do protesto!

Ação nacional promovida pela CGTP-IN: intensificar a luta pelo aumento dos salários, por mais e melhor emprego | JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

A CGTP-IN decidiu convocar para 19 de outubro uma Grande Ação Nacional de Luta, com expressão de rua, pelo emprego com direitos e o aumento dos salários, pela defesa das funções sociais do Estado e melhoria dos serviços públicos, pelo aumento da produção e criação de riqueza, pela demissão do Governo e convocação de eleições antecipadas, devolvendo ao povo o poder de decidir sobre o seu presente e futuro, viabilizando uma política alternativa que valorize o trabalho e dignifique os trabalhadores, uma política de esquerda e soberana, rumo a um Portugal solidário e de progresso.

Reunido no passado dia 4 de setembro, em Lisboa, o Conselho Nacional da CGTP-IN considerou “as enormes exigências que, no contexto atual, são colocadas à intervenção do movimento sindical e à luta dos trabalhadores”. Entre outras iniciativas, trabalha-se na preparação de uma grande ação nacional de luta já no próximo dia 19 de outubro (sábado).

Em todos os setores – e os professores bem sabem do que estamos a falar – o caminho é o da unidade, do protesto e da luta.

Situação dramática

“O prosseguimento e aprofundamento da política de direita conduziram Portugal para um ciclo vicioso e destrutivo de exploração, empobrecimento, recessão e deterioração da vida dos trabalhadores e do povo”, destaca a resolução aprovada pelo CN da CGTP-IN.

A situação dramática que estamos a viver torna cada vez mais previsível a imposição de um novo resgate, para perpetuar a ingerência das instâncias europeias e internacionais que decorre, nomeadamente, da aplicação do “memorando da troika” que submete o nosso país à gula e rapina do grande capital económico e financeiro, nacional e estrangeiro. É neste quadro, acrescenta a Inter, que se devem entender as recentes, hipócritas e cínicas declarações de membros do Governo, ao afirmarem que os sacrifícios impostos

ao país e aos portugueses “valem a pena porque estão a dar resultados”.

Sinais “positivos”?...

Para a CGTP-IN e certamente para grande parte da opinião pública e dos comentadores honestos, os alegados “sinais positivos” vislumbrados por Passos Coelho, relativamente à evolução da economia, não passam de uma mistificação para enganar os portugueses, procurando justificar os roubos e as malféitorias que contra eles têm sido desencadeados e para preparar uma nova vaga de medidas, ditas de austeridade, no quadro da continuada imposição do programa de agressão das troikas, para espoliar ainda mais os parcos rendimentos dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, efetuar despedimentos em massa e destruir as funções sociais do Estado. Os aposentados da Função Pública (atuais e futuros) estão a ser o alvo preferido dos ataques violentos deste Governo e da “troika” aos direitos dos trabalhadores e pensionistas. A juntar ao aumento enorme do IRS e à Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) que só atinge os aposentados e os reformados da Segurança Social, o Governo pretende agora, alerta a Central, fazer um novo corte, com caráter definitivo e retroativo, quer nas pensões que já estão a ser pagas aos aposentados quer nas dos futuros aposentados.

O anúncio do aumento da idade de reforma, da redução do valor das pensões e da introdução do plafonamento, levanta problemas acrescidos à segurança social pública, universal e solidária, que não podem ficar sem resposta, salienta a Intersindical Nacional.

A dívida tornou-se impagável

A realidade mostra que a economia portuguesa continua em recessão, a situação financeira piora de dia para dia, o défice não desce e a dívida não pára de crescer, ultrapassando já hoje 130% do PIB. Como os portugueses já perceberam, os encargos com a dívida são insuportáveis e representam uma das principais despesas do Estado (4,4% do PIB este ano, um valor superior à despesa com a educação).

As estatísticas da dívida demonstram, por outro lado, a falsidade da ideia difundida pelos centros de propaganda do Governo de que a crise foi desencadeada por um “viver acima das possibilidades” da generalidade da população.

“É indesmentível que a crise é o resultado de problemas estruturais que se têm agravado continuamente, cuja responsabilidade cabe aos sucessivos governos e que se espelham no baixo crescimento económico desde o início da década passada.

A dívida tornou-se impagável porque não nos deixam criar riqueza, com o país submetido à ditadura do “mercado” e aos interesses dos especuladores e dos credores estrangeiros”, insiste a CGTP-IN.

Ataque feroz ao emprego, imagem de marca deste Governo

Salientando que o Governo prossegue com maior intensidade a ofensiva contra os trabalhadores, no plano de segurança no emprego, dos salários e dos direitos, os conselheiros nacionais da CGTP-IN lembram que a contratação coletiva tem sido posta em causa, devido a seis aspetos essenciais de natureza interdependente: a recessão económica, a diminuição real dos salários e até mesmo uma redução nominal no sector público, a não atualização do salário mínimo e a não publicação das portarias de extensão, a situação de efetivo colapso na negociação coletiva no sector privado, a alteração do quadro legislativo, com particular o regime de caducidade e a intensificação do ataque aos direitos laborais, sociais e sindicais, no quadro de um brutal crescimento do desemprego e da precariedade. “Mais de 90% dos contratos celebrados por conta de outrem são contratos precários muito mal remunerados, traduzindo-se, também, em outras graves restrições dos direitos dos trabalhadores”, observa a Inter.

As desigualdades, as grandes fortunas e as opções do FMI e do Governo

As desigualdades não cessam de aumentar, verificando-se que a repartição do rendimento entre capital e trabalho está cada vez mais desequilibrada; a crise não impediu, no entanto, que as fortunas das sete empresas (grupos económicos e financeiros) mais ricas do PSI-20 subissem 621 milhões de euros em 2013 (quase tanto como os 660 milhões da verba para o abono de família orçamentada para este ano).

Apesar de todas estas evidências, regista a Central sindical, o FMI e o Governo retomam a tese de novos cortes na retribuição do trabalho e de mais alterações da legislação laboral, a pretexto da competitividade da economia, apesar de todas as anteriores alterações, particularmente o Código de Trabalho de 2003 e as suas posteriores revisões demonstrarem o contrário.

A “reforma” do Estado: destruir e dismantelar...

Em sucessivas tomadas de posição, a CGTP-IN salienta que os trabalhadores da Administração Pública têm sido um dos principais alvos da política de direita, através, nomeadamente, do corte de salários e pensões, do aumento do horário de trabalho, da redução do emprego e das alterações na legislação de trabalho e no regime de aposentações. A perda contínua de emprego nos últimos anos foi acelerada com as medidas do atual Governo, decorrentes do “memorando da troika”, com consequências nos planos dos serviços prestados, da sua qualidade e no próprio papel que o Estado pode e deve ter no apoio ao desenvolvimento, em particular a nível regional e local.

Reafirmando que as novas medidas que agora têm sido anunciadas, no âmbito da chamada “reforma do Estado, e que são claramente inconstitucionais, têm como objetivo destruir dezenas de milhares de postos de trabalho e fazer regredir as relações e condições de trabalho na Administração Pública, para acelerar o dismantelamento das funções sociais do Estado e reduzir e degradar os serviços públicos, o Conselho Nacional da CGTP refere que “por detrás do eufemismo da “reforma”, o Governo está a pôr em marcha, agora com maior brutalidade, a ofensiva para destruir a educação, a saúde, a segurança social, a justiça, a habitação e atacar outros pilares fundamentais do regime democrático saído da Revolução de Abril, como é o caso do Poder Local”. Como destaca a resolução do CN da CGTP-IN, “a decisão do Tribunal Constitucional em declarar inconstitucional a lei da requalificação (que mais não visa que o despedimento sem justa causa), constitui mais uma derrota dos objetivos do Governo e mostra a importância decisiva da luta travada pelos trabalhadores”.

O papel de Belém

Entretanto, o ataque de Passos Coelho ao Tribunal Constitucional confirma que o Governo tem uma conceção de sociedade e de regime que está em confronto com a democracia, com os direitos dos trabalhadores e com a Constituição da República saídos da Revolução de Abril. Neste quadro, acrescenta a resolução sindical, “não se pode deixar de sublinhar, uma vez mais, o apoio do Presidente da República a todos estes “programas” antidemocráticos, predadores dos direitos dos trabalhadores e do povo e dos interesses do país e a sua identificação e cumplicidade total com a política de terrorismo social praticada pelo governo do PSD/CDS-PP.” Com este Governo, o país não tem um futuro de desenvolvimento económico e social. Exigir a sua demissão e a convocação de eleições para, assim, devolver ao povo o poder de decidir sobre o seu presente e futuro, continua a ser uma prioridade de todos quantos defendem um Portugal democrático, de progresso e justiça social”, acrescenta a resolução sindical.

Aniversário da Central

O Conselho Nacional decidiu comemorar o 43º aniversário da CGTP-IN, em 1 de outubro, como um Dia de Esclarecimento e Mobilização nos locais de trabalho, através de plenários, encontros, concentrações e paralizações, assumindo a negociação coletiva e a luta reivindicativa como uma prioridade e condição necessária e decisiva para aumentar os salários, melhorar as condições de trabalho e defender as conquistas sociais.

Em 5 de outubro, decorrerão iniciativas de protesto e luta contra o roubo dos feriados e pelo pagamento do trabalho extraordinário e em dia feriado, pela exigência da revogação



Destruição de emprego e emigração forçada

Com a política dita de austeridade, continuada e agravada com as medidas implementadas pelo Governo do PSD/Passos Coelho e CDS/Paulo Portas, agravaram-se todos os problemas sociais, alerta a CGTP-IN, que aponta números elucidativos:

“Temos 1,5 milhões de pessoas sem emprego, sendo que, só no período entre 2010 e 2013, a destruição de emprego atingiu a cifra impressionante de 571 mil postos de trabalho. A maioria dos desempregados não recebe qualquer subsídio e a taxa de desemprego jovem atingiu os 37,1% no 2º trimestre do ano em curso.”

Como destaca a Central, foram forçados a sair do país cerca de 142 mil jovens com idade até 34 anos, o que significa uma diminuição da população ativa jovem superior a 7%. A emigração maciça de jovens, a grande maioria qualificados, terá consequências ainda mais profundas e gravosas a médio/ longo prazo. Mas a emigração afeta todas as camadas etárias e retomou em força em Portugal, verificando-se que em 2011/2012 saíram do país mais de 220 mil pessoas, 43% a título permanente. Esta mobilidade forçada está a desbaratar o investimento feito nas qualificações e tem impactos profundos no envelhecimento da população ativa e, por consequência, na sustentabilidade do sistema de proteção social. ●



“
A CGTP-IN considera ser necessária uma estratégia que ponha termo ao estrangulamento da economia e assegure o crescimento e desenvolvimento económico”

da legislação que põe em causa os direitos consagrados na contratação coletiva.

Há um caminho!

Como a CGTP-IN tem salientado em numerosas tomadas de posição junto da opinião pública e dos responsáveis políticos, “o país não resolve os problemas sem crescimento económico”.

As últimas previsões do Banco de Portugal mostram que com mais cortes na despesa social conduzem a uma baixa de crescimento. Para além dos cortes de 800 milhões de euros agora anunciados, um corte adicional de 4 mil milhões de euros nas funções sociais do Estado, determinaria uma diminuição do PIB da ordem de 3%, a dívida pública continuaria a crescer devido ao efeito dos juros e da recessão, e o desemprego continuaria a aumentar, como

admite o próprio Ministro das Finanças, que prevê que atinja 19% no final deste ano. Se não for interrompida a política de austeridade, o caminho será o da espiral recessiva: mais cortes, mais recessão, mais falências, mais desemprego, mais défice, mais dívida, mais cortes. Nenhum país aguenta uma situação desta natureza.

A CGTP-IN considera ser necessária uma estratégia que ponha termo ao estrangulamento da economia e assegure o crescimento e desenvolvimento económico, considerando como mais urgente:

- Aumentar o rendimento disponível, propondo-se um alívio fiscal através do IRS e um aumento dos salários, do salário mínimo nacional e das pensões;
- Alargar a cobertura das prestações sociais, com relevo para as prestações de desemprego e para o abono de família e o

cumprimento integral do acórdão do Tribunal Constitucional relativamente aos subsídios de desemprego e doença.

A Central sublinha a necessidade de apostar na criação de mais e melhor emprego, revogando as normas gravosas da legislação laboral e aponta outras prioridades:

- Dinamizar a negociação das convenções coletivas de trabalho e repor o seu alargamento a todos os trabalhadores da atividade respetiva, através das Portarias de Extensão;
 - Prevenir a perda de postos de trabalho intervindo, para além das medidas de dinamização da procura interna, sobre o IVA, através da sua redução para a restauração, a diminuição dos custos de contexto e a melhoria do financiamento às micro, pequenas e médias empresas;
 - Renegociar a dívida através do alargamento do prazo e da redução dos montantes e juros, com o não pagamento dos juros durante um período de 3 anos e o compromisso de que não serão depois superiores à taxa de juro de referência do Banco Central Europeu;
 - Fixar um calendário de redução progressiva do défice público de forma a ser compatível com o crescimento económico.
- A CGTP-IN considera também que é necessário que as medidas de carácter urgente sejam acompanhadas por medidas de moralização e de justiça social. No imediato, a Central exige que, na sequência dos inquéritos parlamentares sobre o BPN, sejam rapidamente responsabilizados os devedores e exige ainda que se ponha termo às situações escandalosas das rendas do sector energético e das PPP's. ●

Legislação

Sobre a aplicação das 40 horas aos professores

O eventual aumento para 40 horas do horário de trabalho, em 28 de setembro de 2013 (Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, imposta por PSD e CDS), é neste momento uma matéria que suscita o protesto da Administração Pública. Até uma eventual declaração de inconstitucionalidade desta lei, vigorarão as 40 horas também no setor da Educação, devendo, por esse motivo, ser observado o que foi estabelecido na ata negocial assinada em 25 de junho de 2013, por MEC e FENPROF, cujo ponto 3 se transcreve:

“O eventual aumento do horário de trabalho na administração pública de 35 para 40 horas semanais, no caso do pessoal docente é imputado à componente não letiva de trabalho individual.

Assim, é fixado o número mínimo

de horas da componente não letiva que não são registadas no horário de trabalho dos professores e que integram a sua componente individual de trabalho. Nessa definição deverá ser tido em conta o número de alunos, turmas e níveis atribuídos ao docente, não podendo ser inferior a:

- Na educação pré-escolar e 1.º CEB, 13 horas;
- Nos 2.º e 3.º CEB, no ensino secundário e na educação especial, 15 ou 16 horas, respetivamente, para quem tem até 100 ou mais de 100 alunos.”

Prevenindo eventuais aplicações que desrespeitem o compromisso assumido pelo MEC, a FENPROF propôs ao ministro da Educação que seja antecipadamente enviada às escolas e agrupamentos a orientação necessária à aplicação da nova lei, no respeito pelo que foi inscrito na ata negocial antes referida. ●



1º Ciclo do Ensino Básico Abaixo-assinado contra o aumento do horário letivo dos docentes

“Os Diretores devem respeitar a lei”, sublinhou Mário Nogueira no passado dia 16 de setembro, junto ao MEC, na “5 de outubro”.

O Secretário Geral da FENPROF falava aos jornalistas que acompanharam a presença de uma delegação sindical no Ministério para entrega do abaixo-assinado contra o aumento do horário de trabalho dos professores do 1º Ciclo do Ensino Básico. Em menos de uma semana foram recolhidas 4.000 assinaturas.

Pouco tempo antes da hora prevista para a entrega do abaixo-assinado, ficou a saber-se da “impossibilidade de agenda” do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário para receber a delegação sindical. A FENPROF já reforçou a necessidade de, com caráter de urgência, se realizar a reunião pretendida para entrega do abaixo-assinado e para exigir do MEC a clarificação da situação que não pode ser outra que não seja a organização do horário de trabalho nos mesmos termos em que sempre organizou, isto é, com os intervalos a serem incluídos na componente letiva dos professores.

Entretanto, a FENPROF mantém o abaixo-assinado online para que os professores que ainda não tiveram oportunidade de o subscrever o possam fazer.

Situação ilegal

Como a FENPROF, desde logo, disse, o Despacho Normativo n.º 7/2013, que estabelece as normas de organização do ano letivo 2013/2014, abriu portas a interpretações perversas que levaram a que, em muitos agrupamentos, o horário letivo dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico tivesse aumentado 2,5 horas semanais.

Trata-se de uma “situação ilegal”, uma vez que mexer nos horários de trabalho exige negociação.

A forma pouco clara como o despacho foi redigido permitiu essas interpretações que, contudo, não se fizeram em

todos os agrupamentos, mantendo-se em muitos deles a organização que vigorou nos anos anteriores. Onde o horário letivo aumentou, isso deveu-se à não consideração do intervalo como integrando esse horário, isto é, **contrariamente ao que acontece nos restantes setores de ensino e educação, no 1.º Ciclo a pausa intermédia na atividade deixou de ser considerada como integrando o horário de trabalho.**

Confrontado com esta situação, o Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário recusou clarificar o teor do Despacho 7/2013, relativamente a esta questão, apenas afirmando que cada agrupamento poderia fazer como entendesse. O mesmo João Grancho que, ainda recentemente, enquanto dirigente de uma organização de professores dizia, com todas as letras que era impossível aumentar o horário de trabalho dos docentes. Mal entrou para o MEC, João Grancho mudou logo de opinião...

Indignação

Como a FENPROF já alertou, a exclusão dos intervalos da componente letiva está a criar grande indignação nos profissionais do setor, na medida em que:

- Empobrece a continuidade da relação pedagógica, desenvolvida entre professores e alunos;
- Diferencia o 1º Ciclo dos restantes setores de ensino/educação, nos quais os intervalos estão incluídos na componente letiva;
- Discrimina os professores do 1º Ciclo, aumentando, na prática, a sua componente letiva.

Por estas razões, o abaixo-assinado exige a consideração dos intervalos na componente letiva dos professores tal como aconteceu nos anos anteriores, situação que foi admitida pelo Secretário de Estado da Educação e do Ensino Básico e Secundário, João Grancho, em reunião com as organizações sindicais no passado dia 19 de julho.

A FENPROF sublinha que os Diretores devem respeitar a lei (que não mudou), e exige que o MEC rapidamente regularize a situação.

A FENPROF chama a atenção para a instabilidade com que decorre a abertura do novo ano letivo, contrapondo as declarações do Ministro à difícil realidade que se está a viver nas escolas e nos agrupamentos em todo o país. | JPO ●

www.fenprof.pt

A FENPROF já reforçou a necessidade de, com caráter de urgência, se realizar a reunião pretendida para entrega do abaixo-assinado e para exigir do MEC a clarificação da situação que não pode ser outra que não seja a organização do horário de trabalho nos mesmos termos em que sempre organizou. Isto é, com os intervalos a serem incluídos na componente letiva dos professores. Entretanto, a FENPROF mantém o abaixo-assinado online para que os professores que ainda não tiveram oportunidade de o subscrever o possam fazer. ●

A Urbano

Urmano Tavares Rodrigues não era apenas um escritor que todos recordamos por livros como Uma Pedrada no Charco, Nus e Suplicantes, Bastardos do Sol, Supremo Interdito ou Eterno Efêmero... Urbano Tavares Rodrigues – o Escritor, o Professor e o Homem – faz parte do imaginário de uma juventude de Abril que despertou ainda na ditadura e ajudou a derrubar barreiras que pareciam eternas nos desafiantes anos 70, que tiveram em 74 e 75 os melhores anos de sempre.

Urbano é exemplo de coragem e luta, tão mais importantes quanto, nos tempos que vivemos, a resignação parece ter tomado conta de muitos que deveriam ter fortes obrigações democráticas.

Não foi por acaso que a FENPROF decidiu atribuir, este ano, o nome de Urbano Tavares Rodrigues ao Prémio Literário que, em 2013, irá distinguir obra de prosa em português e de autor português (publicada integralmente e em primeira edição em 2012), sendo necessário que esse autor seja professor. A opção por Urbano Tavares Rodrigues não se deveu apenas à qualidade da escrita do autor, ou ao facto de ser Professor, mas a muitas outras qualidades do Homem.

Urbano foi preso pelos fascistas que então governavam e impedido de lecionar em Portugal, sendo obrigado a emigrar. Porém, Urbano Tavares Rodrigues voltou, tendo sido Professor Catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa enquanto os fascistas que então destruíam a Nação acabaram despejados no caixote do lixo da história. É sempre assim quando a razão está do lado dos que lutam e não se resignam.

Urbano Tavares Rodrigues é um daqueles Grandes Portugueses de quem não nos despedimos porque estarão sempre a dar-nos força para continuarmos a luta contra os opressores de agora. Mas a Urbano é devido o agradecimento pela lição de vida, pela insubmissão e pelas maravilhosas palavras com que de nós se despedirá no seu próximo livro. “Daqui me vou despedindo, pouco a pouco, lutando com a minha angústia e vencendo-a, dizendo um maravilhado adeus à água fresca do mar e dos rios onde nadei, ao perfume das flores e das crianças, e à beleza das mulheres. Um cravo vermelho e a bandeira do meu Partido hão-de acompanhar-me e tudo será luz”.

Até Sempre! •

Mário Nogueira



Iniciativa FENPROF/SECRE

Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues 2013

Depois de, em 2012, a FENPROF e a SECRE/Corretores de Seguros terem promovido a primeira edição do Prémio Literário António Gedeão, esta iniciativa tem agora a sua segunda edição, com o premiado a ser conhecido no âmbito da comemoração do Dia Mundial dos Professores.

De acordo com o regulamento que a FENPROF e a SECRE estabeleceram, este prémio alterna a poesia (Prémio António Gedeão) e a ficção (Prémio Urbano Tavares Rodrigues). A vencedora da primeira edição (poesia) foi Ana Luísa Amaral, docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, com a obra “Vozes”.

Este ano, em segunda edição, estiveram em apreciação obras de ficção publicadas em 2012 e, tal como no ano anterior, será atribuído ao vencedor um prémio pecuniário no valor de 7.500 euros. Candidataram-se ao prémio docentes e investigadores que tinham publicado a sua obra no ano atrás indicado. O júri foi presidido por Paulo Sucena e contou também com a participação de José Manuel Mendes (Presidente da Associação Portuguesa de Escritores) e Clara Rocha (que presidiu ao júri do Prémio Camões 2013).

Com a criação deste prémio, as entidades parceiras pretendem valorizar o trabalho dos professores, também para além do que é a sua exigente atividade na escola, daí a escolha da data em que se assinala o Dia Mundial dos Professores para fazer coincidir a sua atribuição. Apenas por dificuldades de calendário dos diversos intervenientes foi necessário adiar a respetiva cerimónia, o que acontecerá muito em breve, com anúncio público, designadamente recorrendo à página *web* da FENPROF. •

Homenagem

Breve fala sobre Urbano Tavares Rodrigues



Aproxima-se Urbano Tavares Rodrigues dos 90 anos mas o seu perfil de cidadão, de escritor, de intelectual, de democrata e humanista mantém-se vivo e actuante. São mais de 70 anos de cidadania activa e mais de 60 de carreira literária.*

Nasceu ainda durante a 1ª República, porém mais de metade da sua existência (48 anos) foi vivida sob a asfixia da ditadura.

A obra de Urbano reflecte, muitas vezes logo nos títulos, esse clima vivido num país calafetado, do mesmo modo que, coerentemente, o cidadão UTR age na vida real de modo idêntico ao de algumas das personagens das suas obras de ficção, lutando por uma pátria livre, democrática, justa e solidária.

A sua integridade moral e os princípios éticos por que pautou uma vida de resistente antifascista levaram o regime ditatorial a afastá-lo, em 1959, da sua actividade de docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que iniciara em 1957, bem como de todo o ensino público, a que se seguiram as prisões e a tortura.

A experiência individual e colectiva sobre as quais UTR nunca deixou de reflectir estimularam-lhe permanentemente a necessidade de comunicar, de falar com os

outros, e fê-lo com grande intensidade como jornalista, como ficcionista, como ensaísta, como autor de livros de viagens e crónicas e como orador político. UTR foi um semeador de ventos contra o marasmo do país, um jorro de luz contra o obscurantismo vigente, uma voz de unidade e humanidade que ora mostrava a amargura e o desespero do povo português, ora acendia uma luz de esperança e confiança nos bastardos do sol que era (é) preciso não deixar arrefecer na noite roxa.

Este meu falar de hoje de um grande escritor, um lúcido ensaísta, um querido amigo e de um cidadão exemplar teve o seu momento de nascença, que remonta aos princípios da década de 60 quando lhe solicitei colaboração para o semanário republicano e antifascista “Independência de Águeda” para cuja equipa redactorial havia por essa altura entrado com outros três jovens. Solicitação a que o UTR correspondeu em tempo breve.

Acontece que esse pedido não teve apenas origem em razões cívicas e políticas (tal como os que fizera, igualmente correspondidos, a amigos tão diversos como os então dirigentes estudantis Jorge Sampaio e Jorge Santos, Cte Moreira de Campos, F. Piteira Santos, etc., etc), mas também literárias, porque acabava de me tornar um leitor apaixonado da sua obra após findar a leitura de Nus e Suplicantes ou, para ser mais rigoroso, da novela que dá título ao volume.

Estava a entrar na juventude e desde a adolescência, desde o verão de 1958, em que caíra sobre a minha cabeça a tempestade de O Amor em Visita, de Herberto Helder (“Ex. nº 91”), que a temática literária de Eros e Thanatos me fascinava. Tema que percorre a referida novela, suportado por uma língua literária de grande qualidade, esmaltada de palavras antigas, de diversa proveniência, algumas em desuso mas não envelhecidas, harmoniosamente conjugadas com um luxuriante aparelho retórico de que UTR se serve para contar a noite de núpcias de Guilherme e Renata num hotel de Guanabara.

A diegese é breve e assenta, como diria Tomachevsky, em três grandes momentos: aquele com que a acção se inicia (a noite de amor dos jovens noivos), seguido de curtos incidentes até se atingir o climax da narrativa (manifestação da doença e morte de Renata) e, finalmente, o desenlace, em que o conflito se resolve (Guilherme é salvo do suicídio no mar [“Procura-me no Mar”, dizia-lhe Renata] e toma consciência de que sendo ele um “Irmão dos pobres e das quimeras é em Portugal que lhe pertence cumprir-se” – uma

das futuras relevantes linhas de sentido da poesia de Manuel Alegre). É esta brevidade da diegese, centrada num momento avassalador do eu, que permite a UTR impregnar a narrativa de uma forte tonalidade lírica. Por outro lado, a narração é comandada ora do ponto de vista de Guilherme ora do ponto de vista de Renata o que potencia o clima dramático de que a novela também se reveste.

Cidadão impoluto

A partir desse convite e ao longo do tempo e das muitas e diversificadas peripécias da vida cresceu o admirador da obra de UTR e nasceu e fortaleceu-se uma fraterna amizade que tanto me enriquece. Gostaria ainda de prestar singela homenagem à sua figura impar nos meios intelectuais e artísticos de Portugal, frequentemente sinuosos e deselegantes, a quem nunca ouvi proferir uma palavra mordaz ou mesquinha, de inveja ou malquerença, de cinismo ou menosprezo contra qualquer dos seus companheiros de vida literária.

Creio ser este tempo, em que mediocres “sebenteiros” do mais feroz e desumano neoliberalismo assassinam, com frieza e desdém, as esperanças individuais e colectivas de um povo, destroem a pátria portuguesa e pretendem apagar a sua história, o momento azado para que o júri de um dos grandes prémios nacionais o atribua a UTR. Digo-o convictamente não só por ele ser autor de mais de quatro dezenas de obras de ficção, com incontestável relevo na história da literatura portuguesa, de cerca de três dezenas de títulos de ensaio e crítica, acervo de inquestionável qualidade, e de quinze outros de viagens e crónicas, mas também por ser um intelectual de primeira água, uma grande figura cívica e moral, um cidadão impoluto, um democrata e humanista a quem o povo de Abril poderia dizer na praça da canção, simbolicamente, como quem atea uma fogueira de força e de coragem contra os coveiros de Portugal e da cidadania do seu povo: - Urbano Tavares Rodrigues, a pátria estava (á) toda em ti! | Paulo Sucena •

* Este texto foi publicado na revista “Correntes D’Escritas” (Póvoa de Varzim, Fevereiro de 2013), que neste número prestou homenagem a Urbano Tavares Rodrigues, dedicando-lhe a secção Dossier, em que colaboraram vários escritores, portugueses e estrangeiros.

5 de outubro

Dia Mundial dos Professores

Comemorado no dia 5 de outubro desde 1994, o Dia Mundial dos Professores pretende chamar a atenção para a importância da profissão docente e para a necessidade da sua dignificação, como condição essencial para a valorização da escola e da educação.

Promovido pela Internacional da Educação (IE) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), este Dia Mundial visa homenagear os educadores/professores/investigadores e realçar o seu papel fundamental na condução da aprendizagem ao longo da vida de crianças, jovens e adultos.

O lema escolhido para 2013 é para nós de grande pertinência e atualidade, já que a mensagem que transmite – “Precisamos dos Professores!” – contrasta fortemente com as opções políticas do governo português e da troika, que definiram como prioridade uma redução drástica do número de professores no sistema, como forma de tornar a educação pública mais barata.

O próximo dia 5 de outubro será, assim, uma oportunidade para voltar a denunciar o agravamento da instabilidade,

da precariedade e do desemprego, que afetam hoje de forma dramática a profissão docente em Portugal, reafirmando que os professores não podem continuar a ser tratados como uma despesa que é preciso eliminar a qualquer custo, porque esse custo é a qualidade do ensino e das aprendizagens na escola pública.

Um país que iniciou o processo de democratização do sistema de ensino há apenas 39 anos – e onde, apesar dos avanços conseguidos (e foram muitos), subsistem graves problemas estruturais – precisa seguramente de mais professores. Professores devidamente valorizados porque, como a UNESCO tem tantas vezes afirmado, a melhoria das condições de trabalho e do estatuto dos professores são determinantes para qualquer programa de melhoria da escola. ●

FENPROF comemora na Escola Secundária D. Pedro V, em Lisboa

Correspondendo ao apelo da IE, e à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, a FENPROF vai assinalar o Dia Mundial dos Professores com uma iniciativa própria. Este ano será em Lisboa, na Escola Secundária D. Pedro V. Na sessão pública que aí terá lugar na tarde do dia 5, será apresentado um vídeo em defesa da Escola Pública, contendo apontamentos da Caravana que percorreu o país durante os passados meses de maio e junho, com a qual se pretendeu dar visibilidade ao bom trabalho de professores e alunos nas escolas públicas.

Na ocasião, serão apresentadas comunicações alusivas à data que se assinala, nomeadamente de **Ana Maria Bettencourt**, que até julho passado exerceu as funções de presidente do Conselho Nacional de Educação, e de **Michelle Domingos**, uma jovem professora, uma das muitas e muitos docentes que se encontram no desemprego embora fazendo falta nas escolas.

A iniciativa contará ainda com uma exposição exterior de painéis ilustrativos da importância da Escola Pública, assim como com a projeção de depoimentos de várias personalidades, da política, das artes, da ciência, da cultura, da educação, etc. em defesa da Educação Pública, e em particular da Educação Pública. Fica o apelo à participação nesta comemoração de mais um Dia Mundial dos Professores – que no nosso país coincide com uma outra celebração relevante, a implantação da República, que pela primeira vez não vai ser dia feriado. Não será por isso que deixaremos de lembrar os ideais e os valores da República, a fraternidade, a liberdade, a democracia, e a aposta na educação e no ensino como condição indispensável ao progresso. ●

Estes serviços são financiados com o dinheiro dos contribuintes mas o sistema permite a aplicação dos fundos especulativos para daí retirar lucros fabulosos que depois desaparecem em direção aos paraísos fiscais.

Um dos sectores onde esta evolução tem sido particularmente rápida nos últimos anos é o do ensino dito livre. Estas escolas ditas livres apareceram primeiro timidamente nos anos 90, no decurso de uma modificação da lei do sistema nacional de ensino. A intenção era promover o desenvolvimento de alternativas pedagógicas permitindo a associações e a cooperativas propor a “livre escolha” aos pais.

Estas escolas “livres” são porém financiadas de forma idêntica às escolas públicas, com montantes similares atribuídos por aluno. Um número não negligenciável destas escolas foram abertas por associações de pais para obstar ao encerramento de uma escola pública em regiões ou aldeias em vias de desenvolvimento. Um grande número de escolas foi aberto ao longo dos anos, quer sobre bases confessionárias, pedagógicas, cooperativas ou outras, com cobertura variável desde o ensino primário até ao secundário. No final de 2012, 10% das escolas ditas de base (1ª a 10ª classe) e cerca de 50% dos liceus são geridas sob a forma de escolas ditas livres.

Mas contrariamente à Noruega e à Dinamarca, o sistema na Suécia não prevê qualquer restrição no que respeita aos lucros que os gestores das escolas livres conseguem obter. Muito rapidamente atores à procura de lucros envolveram-se neste novo nicho deixando emergir uma nova classe de empreendedores no domínio pedagógico. A potencial rentabilidade destas atividades atraiu rapidamente a atenção dos tubarões da finança que são hoje os fundos especulativos (em inglês private equity firms e em sueco riskkapitalbolag).

Atualmente cinco grandes grupos pertencentes àqueles fundos especulativos controlam cerca de 25% do mercado das escolas livres. Estes grupos têm cada um entre 5000 e mais de 20000 alunos nos níveis de ensino básico e secundário superior e possuem entre 28 e 100 escolas por grupo. Os lucros acumulados por estes grupos ultrapassavam 410 milhões de coroas suecas em 2009. Assim o fundo especulativo dinamarquês Axcel é desde 2008 o feliz proprietário do grupo escolar John Bauer, o segundo grupo de escolas livres na Suécia. O fundo Polaris possui o grupo escolar e de jardins de infância livres Pysslingen. E assim que o fundo especulativo EQT vendeu Aleris, uma empresa gestora de dispensários e de estabelecimentos de assistência a pessoas idosas, este fundo juntou-se ao gigante americano Providence para adquirir o maior grupo de escolas livres na Suécia: Academedia.

Holdings em paraísos fiscais

Estes fundos especulativos não se contentaram com aquisições no sector escolar. Todo o



Suécia, um paraíso para os especuladores do “Welfare”

Desde há 20 anos que uma parte crescente dos serviços públicos na Suécia tem vindo a ser entregue a atores privados através de oferta pública.

JEAN-CLAUDE LE DOUARON

(Responsável pela Educação no Instituto Sindical Europeu)

domínio do “Welfare” – o sector dos cuidados, dispensários, hospitais, o da assistência às pessoas idosas e aos deficientes – é objeto de delegação de serviço da parte do estado, das regiões ou das comunidades. Os fundos especulativos interessam-se por isto principalmente porque estas atividades na Suécia são financiadas com dinheiros públicos, com retorno assegurado, sendo as perspectivas de lucros particularmente aliciantes para os especuladores de todas as áreas. Mais ainda porque estes fundos especulativos conseguiram também contornar a legislação para não terem que pagar impostos sobre os lucros obtidos com estas atividades. A prática mais corrente foi estabelecer uma holding num dos paraísos fiscais que acorda um empréstimo à filial gestora do grupo escolar ou das atividades de cuidados ou assistência. Esta filial por sua vez paga os impostos de forma a que os lucros se acumulem na holding do paraíso fiscal. A Suécia tornou-se assim um paraíso para os especuladores do “Welfare”, permitindo-lhes usufruir de lucros sumarentos sem sobre eles pagar impostos.

A opinião pública, alertada por uma parte da comunicação social e pelo partido da Esquerda, indignou-se. Segundo certos inqu-

ritos de opinião, mais de 80% dos eleitores opor-se-iam aos lucros no sector do “Welfare”. A coligação de centro-direita, no poder desde 2006, sempre exprimiu o seu apoio a este tipo de delegação de serviços públicos. Os grandes grupos escolares conseguem os seus lucros cortando na qualidade, com uma percentagem de professores com qualificações mais baixas, diminuindo o número de opções, não oferecendo valência de biblioteca de escola e de outros equipamentos.

Campanhas de lobbying

No seguimento de vários escândalos retumbantes, quer no sector da assistência, quer no escolar, o governo reflete no sentido de vir a impor critérios de qualidade aos atores. De entre os partidos da oposição, apenas o partido de Esquerda declarou firmemente a sua recusa relativamente aos lucros nos sectores do “Welfare”.

O partido dos Verdes e os sociais-democratas debatem ainda internamente para decidir qual será a sua posição final, ao mesmo tempo que os fundos especulativos dedicam meios importantes às campanhas de lobbying para assegurar a manutenção dos seus lucros neste sector. ●





SPE e FENPROF reúnem-se com Secretário de Estado das Comunidades É possível resolver problemas

A resolução de problemas e estabilidade no sistema são importantes para o bom funcionamento e qualidade no Ensino Português no Estrangeiro, destaca o Sindicato dos Professores no Estrangeiro.

O SPE e a FENPROF reuniram-se com o Secretário de Estado das Comunidades no passado dia 19 de setembro.

Com uma ordem de trabalhos subordinada a temas versando a estabilidade e a qualidade dos Cursos de Língua e Cultura Portuguesas ministrados pelos cerca de 360 professores que ainda restam na rede, necessário se torna otimizar o seu trabalho de molde a que tanto alunos com encarregados de educação vejam refletidos no processo de ensino/aprendizagem os investimentos que fizeram com o pagamento da taxa de frequência.

O SPE solicitou ao SECP o apoio na defesa da “transição pacífica” dos anos de escolaridade para os diferentes níveis de proficiência linguística, salvaguardando o previsto no QuaREPE.

Na oportunidade o SPE entregou em mão ao SECP um parecer solicitado à equipa autoral do QuaREPE no sentido do cabal esclarecimento dos conteúdos e sua operacionalização de modo a evitar discrepâncias e ou ruturas com desvios que se vêm verificando há algum tempo.

Defendeu o Sindicato que as diferenças observadas nos diversos sistemas educativos dos países de acolhimento devem ser respeitadas dada ser essa a filosofia constante no Regime Jurídico. Tal resulta da observação da “normalidade” reinante nos diferentes países do EPE e uma “estranha” diferença de tratamento quanto à elaboração/operacionalização dos horários atribuídos aos professores no Luxemburgo.

O SECP aceitou, em princípio, que a transição dos anos de escolaridade para os níveis de proficiência podia ser perfeitamente compreendida e seria mesmo um instrumento de trabalho útil aos encarregados de educação para melhor identificarem o percurso das aprendizagens a realizar pelos seus educandos.

O SPE defendeu ainda que deveria ser tido em consideração o facto de, segundo os princípios do QuaREPE, as “arborizações” dos níveis constituírem por si uma ferramenta indispensável para um real, eficaz e qualitativo desempenho do professor e uma mais valia extraordinária para os alunos que veem as suas aprendizagens/competências de forma diferenciada. Colocou-se também uma questão que se nos afigura pertinente e que se prende com a elaboração dos horários e a sua operacionalização. Os constrangimentos são vários a começar pela disponibilidade de espaços e horas para a organização dos mesmos.

O SPE voltou a chamar a atenção do disposto no Despacho n.º 20025 e a impossibilidade de constituir horários, nomeadamente nos níveis B1, B2 e C1 onde o número de horas atribuídas dificulta e quase impossibilita a sua operacionalização. De referir ainda que as normas seguidas nos diferentes países divergirem tendo o Sindicato solicitado ao SECP que as instruções transmitidas às Coordenações sejam claras, respeitem o acordado em reuniões tidas com a tutela e, fundamentalmente, de forma escrita. Só assim se evitarão diferenças de interpretação. O governante concordou com a sugestão.

O SPE solicitou ao SECP a clarificação da medida de atribuição dos créditos sindicais atribuídos aos sindicatos de molde a concluir um processo iniciado ainda no Governo anterior. O governante irá tomar as medidas necessárias.

Foi ainda apresentado ao SECP o problema do não pagamento do reembolso das despesas com transporte dos professores bem como o problema do reposicionamento dos professores com mais de 15 anos. O jurista da FENPROF defendeu as razões que assistem aos professores bem como a justiça das reivindicações do sindicato. O governante tomou as devidas notas sobre os assuntos e prometeu tratar do problema com a brevidade possível tendo acolhido o facto de a mesma ser altamente lesiva dos interesses dos professores envolvidos e motivar discriminação entre os mesmos ao não respeitar a norma constitucional, “para trabalho igual, salário igual”.

A FENPROF não enjeita a possibilidade de, em caso de impasse, avançar para tribunal com estes dois processos.

O Sindicato expôs a situação vivida pelos professores na cooperação, nomeadamente em Timor, tendo o governante garantido que iria informar-se junto das entidades responsáveis pela colocação dos professores nos diversos projetos no sentido de solucionar as situações anómalas detetadas.

Por último o SPE questionou o SECP sobre a formação de professores onde manifestou que era do interesse geral que a mesma fosse presencial e que conferisse créditos tendo em consideração os professores integrados na carreira e que poderão em situação de regresso à escola de origem sentir necessidade dos mesmos.

O SECP informou que o CICL já lhe tinha enviado uma listagem exhaustiva de formações propostas pelas diversas coordenações mas que a mesma não lhe tinha parecido de acordo com o que pretendia neste domínio tendo portanto devolvido a mesma ao CICL para reformulação.

O SPE/FENPROF aguarda pela intervenção do Senhor Secretário de Estado no sentido da obtenção de soluções imediatas dos problemas apresentados. São de fácil resolução assim as vontades sejam fortes. ●

Comunicação Social

Sindicato dos Jornalistas contra asfixia da RTP e destruição do Serviço Público

O Sindicato dos Jornalistas (SJ) considera que as propostas relativas à RTP constantes no anteprojeto de Grandes Opções do Plano (GOP) para 2014, apresentado pelo Governo ao Conselho Económico e Social, confirmam que o Executivo mantém em curso um plano de desmantelamento da Rádio e Televisão de Portugal.

Em comunicado divulgado há dias, o SJ faz notar que o anúncio, constante nas GOP, de “uma RTP mais focada como programadora e agregadora de conteúdos áudio-visuais”, representa um indício muito claro da intenção de redução drástica ou mesmo de destruição da capacidade produtiva da empresa, limitando a sua atuação a “agente dinamizador do mercado de produção audiovisual independente”. Trata-se, para o SJ, de “reduzir a RTP ao papel de mero distribuidor”. De facto, nas GOP, o Governo insiste em eliminar do Orçamento do Estado

de 2014 a indemnização compensatória – a que está no entanto obrigado pela lei de financiamento do áudio-visual público, como o Sindicato dos Jornalistas tem vindo a chamar a atenção – e confessa que a operacionalidade da RTP será “ajustada” às “novas dotações financeiras”. O SJ considera que se mantém na ordem do dia – e agora com maior premência – a exigência de que o Orçamento de 2014 mantenha a componente de financiamento público da RTP, garantindo a plenitude dos seus serviços, em quantidade e em qualidade, e até reforçando a sua capacidade.

Por outro lado, o Governo tem vindo a deixar cair informações esparsas sobre os seus desígnios para a empresa, mormente quanto ao conteúdo de novos Estatutos e contratos de concessão, ao mesmo tempo que anuncia, também nas GOP, a entrada em vigor no último semestre deste ano. Estando já tão próximo o último trimestre, e care-

cendo tais desígnios de atos legislativos e outros procedimentos, incluindo consulta a organizações representativas e uma discussão pública ampla consistente, é evidente que tal timing só pode ter como objetivo inviabilizar o debate, com as consequências negativas daí resultantes para a preservação e valorização dos Serviços Públicos que a RTP deve prestar.

No seu comunicado, o SJ “apela ao Conselho Económico e Social para que recomende ao Governo a manutenção do financiamento público da RTP; exorta os deputados de todos os partidos a impedir a eliminação ilegal das indemnizações compensatórias; e alerta os cidadãos para a necessidade de se mobilizarem contra as graves ameaças que pairam sobre os Serviços Públicos de Rádio e de Televisão, sobre a RTP e sobre os trabalhadores ao seu serviço.” | JPO ●



Solidariedade para com os bombeiros portugueses

O País tem sido confrontado com o flagelo dos incêndios florestais, num ano negro ao nível das consequências, sobretudo, com a perda de vidas humanas. Como destaca a CGTP-IN, trata-se de uma situação que resulta da ausência de uma política de

defesa e preservação da nossa floresta e de prevenção de incêndios.

A Central sindical considera inadmissível que o Estado gaste quatro vezes mais no combate aos incêndios, (cujo o custo previsto é de 74 milhões de euros), do que com a sua prevenção, (cerca de 20 milhões). Isto num

quadro em que persiste o desordenamento e o mau estado da floresta Portuguesa, conjugados com a falta de investimento na prevenção e limpeza e a indefinição funcional relativamente aos organismos do Estado responsáveis pela fiscalização e aplicação da lei.

Acresce ainda, observa a Inter, que o Governo persiste em reduzir trabalhadores ao invés de reforçar o quadro de efetivos do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, que por estranho que pareça, na sua estrutura orgânica deixou de contar com um organismo específico responsável pelo acompanhamento da área dos “fogos florestais”, uma vez que estes passaram a ser integrados com as “doenças florestais”.

“Enquanto não se alterar a política de fundo, persistirão as situações dramáticas como as que têm vindo sistematicamente a assolar as Populações, a vitimar os Bombeiros e a empobrecer o País”, realça a tomada de posição da CGTP-IN.

Face aos graves acidentes ocorridos, a Central expressa a sua solidariedade para com os homens e mulheres que, por vezes com parcos meios ao seu dispor e pondo em risco a sua própria vida, continuam a dar o seu melhor, ao serviço nas corporações de Bombeiros, na defesa da floresta e dos bens das populações e endereça o seu profundo pesar às famílias e às corporações dos Bombeiros que perderam a vida no combate aos incêndios. ●

16 e 17 de novembro



O XXIV SIEM (Seminário de Investigação em Educação Matemática), organizado pela Associação de Professores de Matemática (APM), realiza-se nos dias 16 e 17 de novembro, no Instituto de Educação da Universidade do Minho, em Braga.

As inscrições sem agravamento de preço decorrem até 20 outubro. Pretende-se que o evento constitua um espaço de divulgação, partilha e debate de ideias e de trabalhos realizados pela comunidade de investigação em Educação Matemática, esperando-se que dele resultem contributos para a promoção da articulação entre a investigação e a prática, tendo a organização convidado professores e investigadores a apresentarem os seus trabalhos concluídos ou em curso no âmbito da Educação Matemática.

Em termos do seu programa científico, o Seminário inclui conferências plenárias dinamizadas por convidados nacionais e estrangeiros, um painel temático, o Espaço GTI, vários simpósios de apresentação de comunicações e a exposição de posters. As comunicações vão estar organizadas em diferentes simpósios segundo a afinidade da temática que tratam.

Neste momento estão previstos os seguintes: Ensino e aprendizagem de geometria e medida; Ensino e aprendizagem de probabilidades e estatística; Ensino e aprendizagem de números e álgebra; Conhecimento e práticas profissionais de professores de matemática; Materiais didáticos e recursos no ensino e aprendizagem da matemática. ●

➤ **INFO** www.apm.pt/encontro/xxiv_siem.php

18 a 20 de outubro Congresso da APH

A Associação de Professores de História (APH) organiza, nos próximos dias 18, 19 e 20 de outubro, o seu Congresso 2013, sob o tema “Espaços Públicos. Vidas Privadas”. A iniciativa decorrerá na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. As inscrições encontram-se abertas até 7 de outubro.

O congresso integra oficinas e visitas de estudo, pelo que o programa completo, que se encontra disponível na página da Associação, deve ser consultado para indicação das opções em relação às atividades que decorrem em simultâneo. Este evento encontra-se acreditado pelo CCPFC, para os professores dos grupos de código 200 e 400 que preencherem os requisitos indicados na ficha de inscrição. ●

➤ **INFO** www.aph.pt

A pensar nas escolas Programação especial do Oceanário de Lisboa

Já está disponível a programação de Educação 2013/2014 que o Oceanário de Lisboa propõe a escolas, grupos e outros públicos, oferecendo experiências adaptadas a diferentes objetivos e níveis pedagógicos. Descobrir a diversidade marinha, envolver os participantes na conservação da natureza e educar para a alteração de comportamentos são os objetivos do programa. Para todas as sessões é necessário proceder a reserva com a maior antecedência possível. A participação nos progra-

mas e atividades do Oceanário permite uma experiência educativa de descoberta da vida marinha e dos oceanos, incluindo o conhecimento dos seus segredos mais profundos, ao mesmo tempo que promove a sensibilização dos cidadãos em geral para o dever da conservação do património natural, através da alteração dos seus comportamentos. O programa apresenta propostas experiências e atividades no âmbito das ciências da terra e da vida, da literatura, da matemática, da economia do mar e da conservação da natureza. ●



➤ **INFO** www.oceanario.pt

10ª edição já anima o Norte e vai também às escolas Festival Internacional Douro Jazz



Até 12 de outubro decorre a 10ª edição do Festival Internacional Douro Jazz 2013, co-organizado pelos teatros de Vila Real, Bragança e Lamego, que este apresenta 14 concertos de palco, a que acrescem mais de dezena e meia de atuações nas ruas e nas escolas. Apresentamos já de seguida os músicos e algumas das linhas fundamentais da interessante programação deste festival. **SEAMUS BLAKE**, um dos mais influentes músicos de jazz americanos da última década, é o cabeça de cartaz da 10.ª edição do Festival. O saxofonista da Mingus Big Band será o convidado do quarteto de Filipe Melo e Bruno Santos, formação que, em associação com o Douro Jazz, foi criada há alguns anos com o intuito de acompanhar lendas do jazz que se deslocam a Portugal e, em particular, a este festival. O grego **SPYROS MANESIS** junta um baterista lituano e um contrabaixista português num trio cuja química lhe concede um som distinto, caracterizado pelo lirismo e pela ampla

gama de dinâmicas e texturas. Apresenta o seu ao álbum de estreia, “Undelivered”. Em **HURRICANE**, o saxofonista Rodrigo Amado, nome maior do jazz português nas últimas duas décadas, junta-se a dois dos músicos nacionais cuja ascensão terá sido das mais prodigiosas e fulgurantes nos últimos anos: Gabriel Ferrandini, jovem baterista com referências hiperbólicas, e DJ Ride.

O sexteto **L.A. NEW MAINSTREAM** reúne o compositor e trombonista de origem alemã Lars Arens a cinco das maiores referências da nova geração de músicos de jazz portugueses. De acordo com a crítica, “há algum tempo que o jazz português não soava e swingava com tal vigor e energia”. O quarteto de **ISABEL VENTURA** traz um trompetista convidado para apresentar o primeiro disco a solo da cantora. “Encontro em dois momentos”, com arranjos de Marco Figueiredo, assenta no cruzamento de standards de jazz e canções emblemáticas portuguesas (de Sérgio Godinho e Fausto, por exemplo). Na vertente internacional, o festival inclui ainda o britânico **MIKE DOWES**, guitarrista que ajudou a conceder ao fingerstyle o estatuto e a importância que tem hoje.

Os **4 POR JAZZ** são uma formação de Vila Real que interpreta músicas do cancioneiro americano com espaço para a improvisação. **A DOURO JAZZ MARCHING BAND** fará circular o dixieland em arruadas e na versão Douro Jazz Sobre Rodas, e, como nos últimos anos, levará o festival às escolas. Paralelamente aos concertos, o quarteto de Filipe Melo ministrará ainda uma masterclasse para os músicos da região. ●

➤ **INFO** <http://dourojazz.blogspot.pt/>

“Enquanto há força” Concerto de Tributo à vida e obra de José Afonso na Casa da Música

“De nada me arrependo
Só a vida
Me ensinou a cantar
Esta cantiga”

In “Alegria da Criação” (José Afonso
in “Galinhas do Mato”, 1985)

“José Afonso é o nosso maior cantor de intervenção. Este elogio tão consensual e aparentemente tão generoso é a forma mais eficaz de liquidar a obra do grande mestre da música popular portuguesa no que ela tem de universal e de artisticamente superior. (...) Arrumar José Afonso na gaveta da canção de intervenção, é não compreender que a dimensão da sua obra está ao nível do que de mais importante se fez na música popular universal do século XX. E se não teve o impacto mundial que merecia, foi tão-somente porque ele nasceu onde nasceu.”

Guilhermino Monteiro | João Lóio | José Mário Branco | Octávio Fonseca in “José Afonso, Todas as Canções”.

Por tudo isto, no dia 20 de outubro, pelas 21h, com o apoio empenhado da Casa da Música (Porto) e de muitas outras entidades, “companheiros de estrada” do Zeca distraído e de óculos grandes – conjuntamente

com gente nova que cresceu com o “poeta, andrillho e cantor” – prestam tributo a um amigo maior que o pensamento. | **Associação José Afonso** ●

AJA força!

Se os tempos não estão para cantigas, dada a carga de trabalhos em que as troikas (internacional e nacional) nos meteram, também é certo que sem resistência e luta não vamos a lado nenhum. Nada se altera sem a participação de todos nos combates que é necessário travar – e neste particular, ninguém duvidará da importância de os professores estarem na primeira linha de ação: pedagógica, educativa, reivindicativa.

Nos movimentos de resistência, as canções desempenham uma função essencial de alerta, denúncia, sensibilização e mobilização de consciências – não por acaso, todos temos os nossos hinos geracionais. E exemplos recentes da capacidade interventiva e mobilizadora da canção não faltam, das “heroicas” de Lopes-Graça à pop dos Deolinda.

José Afonso é a nossa maior referência da música de intervenção. Se mais não fosse, pela circunstância de ter sido “senha” da revolução democrática. Mas à medida que o



tempo passa e se regressa às suas canções, reduzir o “Zeca” ao canto de intervenção é não alcançar a verdadeira dimensão da sua obra no contexto da música popular portuguesa.

O Sindicato dos Professores do Norte não podia deixar de se comprometer com a iniciativa da Associação José Afonso. Fê-lo, nomeadamente, apoiando a ideia da AJA desde a primeira hora e promovendo amplamente o concerto junto dos seus associados, da generalidade dos professores e das escolas da região. | **António Baldaia** ●

“Amor” e “Família” Encontros da Imagem em Braga, Porto e Lisboa



Com 25 anos de existência, os Encontros da Imagem – Festival Internacional de Fotografia – apresentam a edição de 2013 inspirada no conceito genérico “Amor” e “Família”, sob o tema “Love will tear us apart”. Neste projeto apresentam-se autores de 11 países europeus e um conjunto de fotografias de família de estúdios fotográficos dos anos 30, a par de atividades dirigidas ao grande público que visam o envolvimento dos núcleos familiares, projeções de rua e ainda um ciclo de cinema dedicado à temática. Os

Encontros da Imagem, que arrancaram em Braga, prolongando-se até ao próximo dia 27, apostam sobretudo em projetos de jovens fotógrafos já com algum trajeto e trabalho concretizado. Uma das novidades deste ano é sua extensão a espaços das cidades do Porto e de Lisboa. Na Invicta, desde 2 de outubro, o Espaço Mira acolhe “Álbum de Família”, o trabalho que Nelson D’Aires construiu em torno do espólio do fotógrafo ambulante de Mora, António Gonçalves Pedro. Em Lisboa, estão no programa as exposições de Jaime Vasconcelos (“Revoluções”, Galeria das Salga-deiras), Pauliana Valente Pimentel (“Jovens de Atenas”, Galeria Boavista) e Mel O’Callaghan (“Ensemble”, Galeria Belo-Galsterer). Na capital, as mostras inauguram-se a 9 de outubro. ●

➤ **INFO** <http://encontrosdaimagem.com>

Jornais escolares Plataforma digital

A Direção-Geral da Educação lançou a plataforma digital *Jornais Escolares*, dedicada à divulgação de jornais desenvolvidos nas escolas de todos os níveis de ensino, com o objetivo de apoiar e divulgar boas práticas de utilização desse meio de expressão (em formato impresso ou digital) em contexto educativo, dando conta do trabalho realizado pelos docentes com os seus alunos. Esta iniciativa pretende, ainda, dotar os docentes, os alunos e as escolas de conhecimento e ferramentas que os habilitem a fazer a edição digital dos seus jornais, dando origem a novos formatos ou, até, a novos projetos. Para o efeito, os professores coordenadores dos projetos de imprensa escolar poderão registar, através de um formulário em linha, o jornal que dinamizam no seu agrupamento ou escola. ●